



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

RIO DE JANEIRO – 2015



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Autarquia está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014, da Decisão Normativa TCU nº 143/2015 e das instruções publicadas do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

RIO DE JANEIRO – MAIO DE 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	9
1.1 Identificação da CFIAe	9
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da CFIAe.....	9
1.3 Organograma Funcional.....	11
1.4 Macroprocessos Finalísticos (MPF).....	13
1.5 Macroprocessos de Apoio (MPA).....	18
1.6 Principais Parceiros.....	20
2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA	21
2.1 Estrutura de Governança.....	21
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	21
2.3 Sistema de Correição	22
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	22
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	25
3.1 Canais de Acesso do Cidadão	25
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	25
3.3 Mecanismos para medir a Satisfação dos Produtos e Serviços	25
3.4 Acesso às Informações da CFIAe	25
3.5 Avaliação do Desempenho da CFIAe	26
3.6 Medidas relativas à Acessibilidade	26
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	27
4.1 Informações do ambiente de atuação da CFIAe.....	27
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	29
5.1 Planejamento da CFIAe	29
5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	32
5.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional.....	39
5.5 Informações sobre Custos de Produtos e Serviços.....	42
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	43
6.1 Programação e Execução das Despesas	43
6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	46
6.6 Suprimento de Fundos	47
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	48
7.1 Estrutura do Pessoal da CFIAe	48
7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários.....	54
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	56
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	56
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	57
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	59
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	59
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	60
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	60
11.5 Alimentação SIASG E SICONV.....	60
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	61
12.1 Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas NBC Aplicadas ao Setor Público.....	61
12.2 Apuração dos Custos dos Programas da CFIAe.....	61
12.3 Conformidade Contábil.....	62
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	63
12.5 Dem. Cont. e Not. Explic. Prev. na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprov. pela Resol. CFC nº 1.133/2008	63
12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 6.404/1976.....	63

12.8 Relatório de Auditoria Independente	63
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANF – Ativo Não-Financeiro
ASCI – Assessoria de Controle Interno
AUDI – Auditoria Interna
CEF – Caixa Econômica Federal
CENCIAR - Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica
CFIAe – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COMAER – Comando da Aeronáutica
COMGEP – Comando-Geral do Pessoal
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão Corporativo
DBR – Declaração de Bens e Rendimento
DN – Decisão Normativa
EEAR – Escola de Especialistas de Aeronáutica
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
IN – Instrução Normativa
ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCA – Manual do Comando da Aeronáutica
MPA – Macroprocesso de Apoio
MPF – Ministério Público Federal
OC – Órgão de Controle Externo
OCI – Órgão de Controle Interno
OGU – Orçamento Geral da União
PC – Prestação de Contas
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Planejamento Estratégico da CFIAe
PEMAER – Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNF – Passivo Não-Financeiro
PNR – Própria Nacional Residencial
RGI – Registro-Geral de Imóveis
SCCI – Sistema de Controle de Crédito Imobiliário
SEFA - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPU – Sistema do Patrimônio da União
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, RELACÕES E DECLARAÇÕES

Tabela 1 - Projetos em Andamento	8
Quadro A.1.1.1 – Identificação da CFIAe – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	13
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos.....	13
Figura 1.4.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01.....	13
Figura 1.4.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02.....	15
Figura 1.4.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03.....	16
Figura 1.4.4 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 04.....	17
Quadro A.1.5 – Macroprocessos de Apoio	19
Figura 1.5.1 – Fluxograma Informações Gerenciais – MPA 01.....	19
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da CFIAe	22
Tabela II - Situação Econômico-Financeira.....	31
Figura 5.1.3.4 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe	32
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe–OFSS	32
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	32
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	33
Cumprimento de Sentenças Judiciais em julgado	33
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	33
Contrib. da União para o Custeio do Regime de Previd. dos Serv. Públicos Federais decorrentes de Precatórios.....	33
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	34
Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica	34
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	35
Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis.....	35
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	35
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna.....	35
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	36
Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Servidores Públicos Federais.....	36
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	36
Administração da Unidade.....	36
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	37
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	37
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS	37
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	37
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da CFIAe – OFSS	38
Pagamento do Pessoal Ativo da União	38
Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento.....	39
Quadro A.5.4.1 – Indicadores de Desempenho.....	39
Quadro A.5.4.1.2 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido	40
Quadro A.5.4.1.3 – Indicador Financeiro - Inadimplência.....	40
Quadro A.5.4.1.4 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas em sua Propriedade	40
Quadro A.5.4.1.5 - Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unidades habitacionais – Sulacap – RJ.....	41
Quadro A.5.4.1.6 - Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unidades habitacionais – Fortaleza – CE.....	41
Quadro A.5.4.1.7 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unidades habitacionais – Belém – PA.....	41
Quadro A.5.5 – Variações de Custos	42
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas – UO 5221.....	43
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas – UO 7425.....	44
Quadro A.6.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	45
Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	45
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	46

Quadro A.6.6.1 – Concessão de Suprimento de Fundos	47
Quadro A.6.6.2 – Utilização de Suprimento de Fundos	47
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência	47
Quadro A.7.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe	48
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	49
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	49
Quadro A.7.1.2 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho - 2014	50
Quadro A.7.1.2.1 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Faixa Etária.....	51
Quadro A.7.1.2.2 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Nível de Escolaridade	51
Quadro A.7.1.2.3 - Composição do Quadro de Servidores Inativos	52
Quadro A.7.1.3 – Custos do Pessoal	52
Quadro A.7.1.6.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo	53
Quadro A.7.1.6.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação.....	53
Quadro A.7.1.6.3 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho	54
Quadro A.7.2.1–Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	54
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	55
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	57
Quadro A.10 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	59
Quadro A.11.3.1 – Demonst. do Cumprimento, por Autorid. e Serv. da CFIAe, da obrigação de entregar a DBR	60
Quadro A.11.5 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	60
Quadro 12.2 – Apuração de Custos em 2014 - Geral.....	61
Figura 12.2 – Apuração de Custos em 2014 por setor da Autarquia.....	62
Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	63

INTRODUÇÃO

a. Como o Relatório de Gestão está estruturado

O presente Relatório de Gestão foi estruturado de forma individual conforme preceitua a Legislação do Tribunal de Contas da União, contendo as informações definidas no anexo II da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014, e da Decisão Normativa TCU nº 143/2015 e das instruções publicadas do Centro de Controle Interno da Aeronáutica aplicáveis à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe.

b. Principais realizações da gestão no exercício

As metas estabelecidas para o ano de 2014, seguidas dos seus resultados no exercício, estão descritas no item 5.1.3 deste Relatório, entretanto, o quadro abaixo demonstra o andamento dos projetos do principal objetivo estratégico desta Autarquia, descrito no item 5.1.3.1.

Tabela 1 - Projetos em Andamento

Empreendimento / Local	Qtd	Und	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015
Residencial. Solar do Bosque Rio de Janeiro - RJ	180	Apto	Estudo de Viabilidade	Estudo de Viabilidade Seleção da Construtora	Aprovação do Projeto Qualificação da demanda Assinatura dos Contratos Registro Cartorial Início das Obras
Residencial Rio-Mar Belém - PA	245	Casas	Aprovação. CEF / ANAC	Aprovação CEF / ANAC Seleção da Construtora	Enquadramento PMCMV Qualificação da demanda Assinatura dos Contratos Registro Cartorial Início das Obras
Residencial Satélite Belém - PA	120	Casas	Aprovação. CEF / PMBE	Aprovação CEF/ PMBE	Aprovação PMBE
Residencial. Morada do Sol Fortaleza - CE	120	Casas	Aprovação CEF / PMFZ	Aprovação CEF/PMFZ	Aprovação CEF/PMFZ Seleção da Construtora
Empreendimento no Município de Canoas -RS	-	-	-	Levantamento Planialtimétrico	Elaboração do projeto

PMBE – Prefeitura Municipal de Belém – PA.

PMFZ – Prefeitura Municipal de Fortaleza– FZ.

c. Principais dificuldades

As principais dificuldades encontradas no exercício estão listadas a seguir:

- O processo de obtenção de terrenos da União, a principal matéria prima para a execução de empreendimentos habitacionais, em geral é bastante complexo e lento, face ao envolvimento de diversos órgãos governamentais.

- A aprovação de recursos, junto a Agentes Financeiros, para construção de empreendimentos habitacionais exige a anuência de órgãos e entidades de diversas esferas do poder público, incluindo a aprovação dos projetos junto às Prefeituras Municipais e vários outros órgãos e entidades de domínio público, além do Registro Geral de Imóveis. Todo este processo, em geral, é demorado.

- Os cronogramas de obra foram afetados significativamente no exercício, à semelhança de anos anteriores, com a ocorrência de atrasos, face ao grande número de empreendimentos em execução no país, em decorrência, principalmente, dos diversos eventos de repercussão internacional planejados. Este fato dificultou diretamente a obtenção de mão de obra e o fornecimento de materiais e equipamentos na construção civil.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da CFIAe

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 – Identificação da CFIAe – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa / Comando da Aeronáutica			Código SIORG: 41066/48
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA			
Denominação Abreviada: CFIAe			
Código SIORG: 930	Código LOA: 52211	Código SIAFI: 123001	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 30496004/0001-73	
Principal Atividade: Caixa de Financiamento de Corporações – Produção de unidades habitacionais para venda a seus beneficiários			Código CNAE: 6499-9/04
Telefones/Fax de contato:	(021) 2262-0051	(021) 2126-9784	(021) 2261-8071 (fax)
Endereço Eletrônico: presidente@cfiae.aer.mil.br			
Página na Internet: www.cfiae.aer.mil.br			
Endereço Postal: Avenida Marechal Câmara, 233 – 11º andar – Castelo - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20020-080			
Normas Relacionadas à CFIAe			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e Decreto nº 84.457, de 31/01/1980 - Criação da CFIAe			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno (Regint) aprovação pela Portaria 1.175/MIN, de 15/12/1987 e alterado pelas Portarias nº 003/PRES, de 01/02/2008; nº 043/PRES, de 08/10/2008; nº 002/PRES, de 22/02/2010; e Portaria nº 54/GADM, de 23/06/2014.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da CFIAe			
MCA 172-3 - Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER.			
ICA 174-1 /2007 – Controle Interno nas UG`s			
NS 008/ASCI/2014 – Fiscalização de Contratos Administrativos			
NS 009/ASCI/2014 – Conformidade de Registro de Gestão			
NS 012/ASCI/2014 – Procedimentos para Concessão, Aplicação e Comprovação de Suprimentos de Fundos			
NS 014/PRES/2008 – Regularização dos Encargos dos Bens Patrimoniais Imóveis			
NS 015/ASCI/2014 – Gestão do Plano de Metas			
NS 016A/AUDI/2014 – Rotinas de Auditoria Interna			
NS 023A/DE/2014 – Aplicações Financeiras no âmbito da CFIAe			
NS 041/ASCI/2014 – Rotinas da Assessoria de Controle Interno			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
123001	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
123001		12201	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da CFIAe

1.2.1 Missão

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe - é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculada ao Comando da Aeronáutica, conforme disposto na Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979, com funções de Agente Financeiro, Agente Promotor e Agente Assessor, com a missão de proporcionar a seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

1.2.2 Visão de futuro

Tornar-se referência como agente de fomento para a realização do sonho da casa própria para militares e civis, ativos e inativos e pensionistas do Comando da Aeronáutica.

1.2.3 Valores

Os seguintes valores organizacionais representam as crenças e atitudes que norteiam o comportamento dos servidores e identificam a conduta desta Autarquia.



Ética

A conduta dos servidores da Autarquia está pautada no respeito às normas, leis e regulamentos e na boa prática dos princípios da moralidade e do convívio social.

Transparência

O conceito transparência implica em disponibilizar de forma clara o acesso crescente à informação sobre os atos e fatos administrativos em todos os níveis da administração interna e no atendimento das demandas do público em geral.

Credibilidade

Está relacionada à honestidade e à capacidade da Autarquia em transmitir a percepção da responsabilidade nos compromissos assumidos perante público interno e externo.

Responsabilidade Social

Representa a preocupação social e ambiental nas operações cotidianas da Autarquia, buscando administrar os impactos sociais e ambientais de forma justa e sustentável.

Profissionalismo

Diz respeito à capacitação, preparo e aperfeiçoamento contínuo do efetivo para a execução das tarefas rotineiras no cumprimento da missão da Autarquia

Satisfação do Cliente

Os clientes (beneficiários) são a razão da existência da Autarquia. Todos merecem ser atendidos com respeito e atenção, buscando, sempre que possível, a satisfação de suas expectativas.

1.2.3 Objetivos Estratégicos

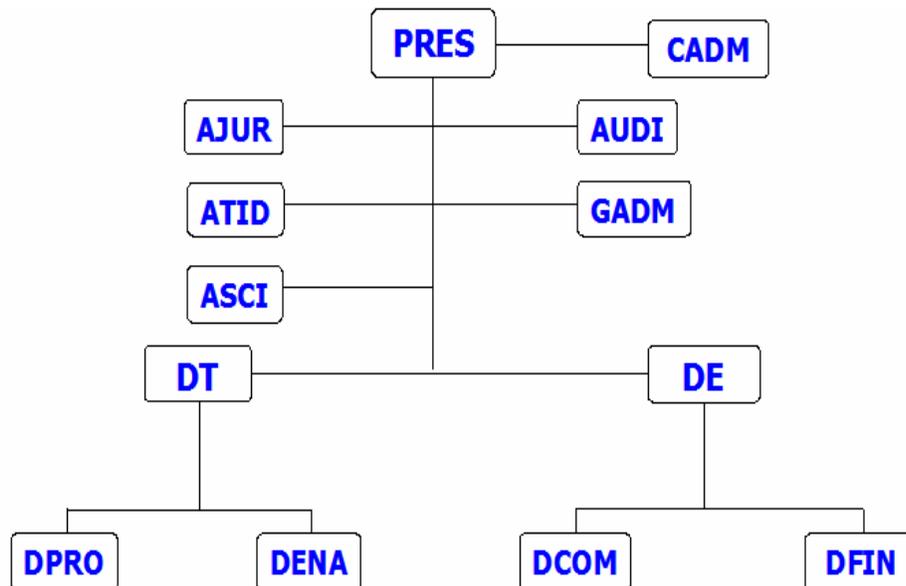
A demanda por habitação é considerada elevada no efetivo de militares ativos e da reserva, civis e pensionistas da Força Aérea Brasileira. A insuficiente oferta de Próprios Nacionais Residenciais tem deslocado parte desse pessoal da Força para as periferias das grandes cidades, afetando o psicossocial, com reflexos negativos no desempenho profissional dos integrantes do Comando da Aeronáutica.

Dessa forma, a CFIAe tem empregado todos os seus esforços em proveito dos seguintes objetivos estratégicos, que constam do seu Planejamento Estratégico:

- Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários;
- Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas;
- Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais; e
- Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia.

1.3 Organograma Funcional

Para atender a sua missão a CFIAe é estruturada conforme a seguir:



PRES – Presidência

AJUR – Assessoria Jurídica

ASCI – Assessoria de Controle Interno

GADM – Gabinete Administrativo

DE – Diretoria Executiva

DENA – Divisão de Eng. e Arquitetura

DFIN – Divisão Financeira

CADM – Conselho de Administração

AUDI – Auditoria Interna

ATID – Assessoria de Tecn. da Inform. e Divulgação

DT – Diretoria Técnica

DPRO – Divisão de Promoções Habitacionais

DCOM – Divisão Comercial

- 1.3.1** A Presidência tem como principal atribuição orientar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades necessárias ao cumprimento da missão atribuída à CFIAe.
- 1.3.2** O Conselho de Administração tem como principal atribuição assessorar a Presidência na tomada de decisão para alcançar os objetivos da CFIAe. É formado pelo Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Auditor Interno, o Assessor de Controle Interno, o Assessor Jurídico, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação e os Chefes das Divisões.
- 1.3.3** A Diretoria Executiva tem como principal atribuição a administração financeira e comercial da CFIAe.
- 1.3.4** A Diretoria Técnica tem como principal atribuição planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe.
- 1.3.5** O Gabinete Administrativo tem como principal atribuição prestar o apoio administrativo aos órgãos integrantes da CFIAe no que diz respeito à gestão dos recursos humanos e materiais e gerenciar a execução orçamentária referente aos créditos alocados à Autarquia.
- 1.3.6** A Auditoria Interna tem como principal atribuição assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.
- 1.3.7** A Assessoria de Controle Interno tem como principal atribuição assessorar a Presidência, e as Diretorias Executiva e Técnica e o Gabinete Administrativo, no cumprimento da legislação e das normas que regem o serviço administrativo da CFIAe, bem como orientar todos os Agentes da Administração, objetivando maior eficiência no controle interno e serviços da Autarquia.
- 1.3.8** A Assessoria Jurídica tem como principal atribuição assessorar a Presidência em todos os assuntos de natureza jurídica que envolvam a CFIAe.
- 1.3.9** A Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação tem como principal atribuição gerenciar as atividades de informática no âmbito da CFIAe.
- 1.3.10** A Divisão de Finanças tem como principal atribuição gerir os recursos financeiros, a contabilização dos atos e fatos administrativos patrimoniais da CFIAe
- 1.3.11** A Divisão de Comercialização tem como principal atribuição coordenar as atividades referentes à formação de grupos que irão adquirir unidades habitacionais objeto dos Programas Associativos desenvolvidos em parceria com Agentes Financeiros.
- 1.3.12** A Divisão de Engenharia e Arquitetura tem como principal atribuição planejar, coordenar, e controlar as atividades de Engenharia e de Arquitetura relativas ao desenvolvimento de empreendimentos habitacionais.
- 1.3.13** A Divisão de Promoções Habitacionais tem como principal atribuição identificar as regiões com maior demanda, baseando-se no banco de dados de pretendentes, e pleitear a disponibilidade de

terrenos públicos, junto ao COMAR ou outros órgãos e entidades, a fim de possibilitar à CFIAe o desenvolvimento de empreendimentos.

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria Executiva	Administração Financeira e comercial da CFIAe.	Elcio Picchi	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Diretoria Técnica	Planejar, executar e controlar as atividades técnicas de Engenharia e de Arquitetura, de acordo com os programas atribuídos à CFIAe	Manoel de Andrade Rebelo	Diretor	01/01 a 31/12/2014

1.4 Macroprocessos Finalísticos (MPF)

A CFIAe possui quatro (04) Macroprocessos Finalísticos a saber:

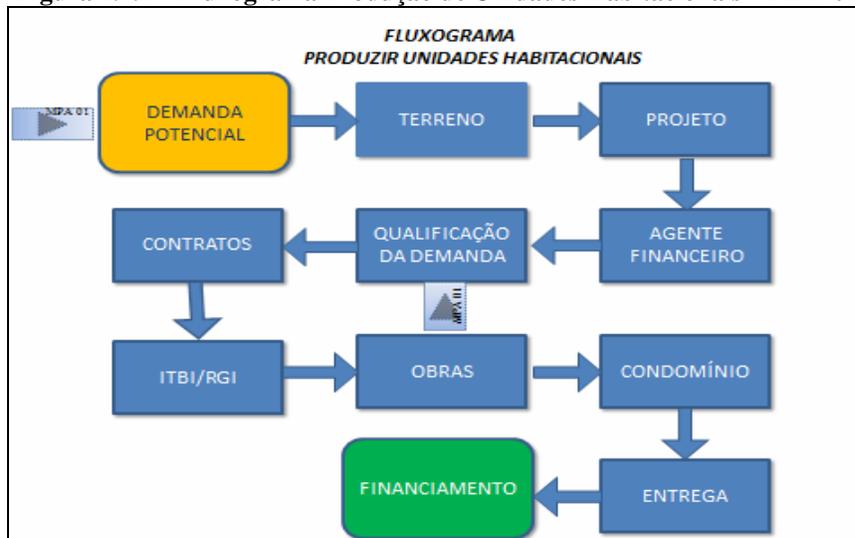
- a) Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01;
- b) Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02;
- c) Financiamento Imobiliário – MPF 03; e
- d) Manutenção da Solidez Econômico-Financeira – MPF 04.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPF 01	Produção de Unidades Habitacionais	Construção de Imóveis Residenciais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva e Diretoria Técnica
MPF 02	Empréstimos para Pequenas Reformas	Empréstimos Pessoais	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 03	Financiamento Imobiliário	Contratos de Financiamento Imobiliários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Diretoria Executiva
MPF 04	Manutenção da Solidez Econômico-Financeira	Controle das Receitas, Despesas e Inadimplência	Beneficiários do Comando da Aeronáutica e Instituições Financeiras	Diretoria Executiva

1.4.1 Macroprocesso – Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01

Figura 1.4.1 – Fluxograma Produção de Unidades Habitacionais – MPF 01



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa, ao final, produzir unidades habitacionais para entregar aos beneficiários e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA POTENCIAL

O procedimento vem sendo adotado desde junho de 2004, por meio da INTRAER, INTERNET e fichas de cadastro remetidas às organizações militares. A demanda é definida por cidade, bairro e estado para melhor detalhar o planejamento e indicar a pesquisa pela obtenção de terrenos.

2ª FASE – TERRENO

Compreende a identificação e análise para aquisição ou transferência de áreas da União para a CFIAe, nas localidades onde a demanda por moradia própria for relevante e justifique a realização de empreendimentos habitacionais.

3ª FASE – PROJETO

Compreende a elaboração ou adaptação dos projetos/anteprojetos de Arquitetura/Urbanização e outros essenciais para a aprovação dos órgãos competentes federais, estaduais, municipais e agentes financeiros.

4ª FASE – AGENTE FINANCEIRO

São estabelecidos contatos com agentes financeiros, visando à obtenção dos recursos para construção do empreendimento e o consequente financiamento das unidades habitacionais aos beneficiários da CFIAe.

5ª FASE - QUALIFICAÇÃO DA DEMANDA

Compreende a análise das condições do pretendente à aquisição de imóvel promovido pela Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, segundo as normas estabelecidas por esta Autarquia e aquelas exigidas pelo Agente Financeiro. Culmina com a formação do grupo de interessados.

6ª FASE – CONTRATOS

Compreende a fase de celebração do instrumento contratual de aquisição do imóvel, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Agente Financeiro.

7ª FASE – ITBI / REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

Compreende o cumprimento das formalidades exigidas pela Prefeitura Municipal / Distrito Federal, quanto à transmissão do imóvel ao adquirente - ITBI e o consequente registro no Cartório de Registro de Imóveis da localidade.

8ª FASE - EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Concluídas as fases anteriores, inicia-se a fase de construção do empreendimento habitacional.

9ª FASE – INSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO

É definida a administração inicial responsável pelo condomínio do empreendimento, com base na minuta de convenção estabelecida na ocasião da aprovação do memorial de incorporação.

10ª FASE – ENTREGA DO IMÓVEL

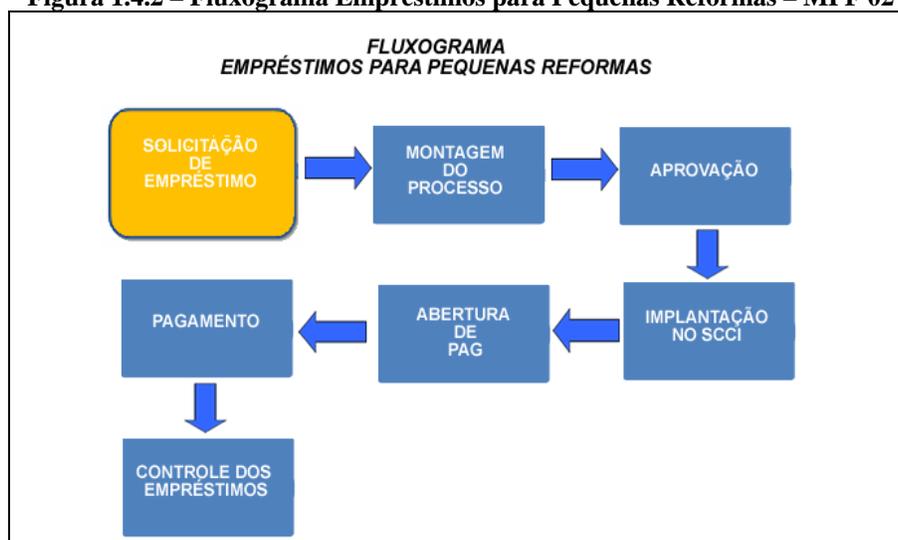
Concluída a execução física do imóvel, são tomadas as providências correspondentes ao “HABITE-SE”, vistoria das unidades pelos adquirentes, entrega do imóvel e respectiva averbação no registro de imóveis.

11ª FASE – FINANCIAMENTO

É fase que se segue à conclusão das obras do empreendimento que possui duas etapas bastante distintas. A fase de construção do empreendimento e a fase de financiamento, em que o adquirente começa a amortização dos recursos financeiros empregados na construção.

1.4.2 Macroprocesso - Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02

Figura 1.4.2 – Fluxograma Empréstimos para Pequenas Reformas – MPF 02



Conforme demonstrado no fluxograma, este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – SOLICITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

O beneficiário preenche a solicitação e a envia, juntamente com a documentação requerida, à CFIAe.

2ª FASE – MONTAGEM DO PROCESSO

A Divisão de Comercialização (DCOM) recebe, confere, verifica a margem consignável, formaliza o contrato e monta o processo.

3ª FASE – APROVAÇÃO

A DCOM encaminha o processo ao Diretor Executivo para aprovação do Presidente.

4ª FASE – IMPLANTAÇÃO NO SCCI

Assinado o respectivo contrato, é implantado no Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

5ª FASE – ABERTURA DE PAG

O processo é encaminhado ao Assessor de Controle Interno para conferências, abertura de PAG e remessa para a Seção de Licitações para emissão da Nota de Empenho.

6ª FASE – PAGAMENTO

O processo segue para liquidação e enviado à Divisão Financeira (DFIN) para emitir a ordem bancária para depósito do valor do empréstimo na conta corrente do beneficiário.

7ª FASE – CONTROLE DOS EMPRÉSTIMOS

A DFIN encaminha o processo para a DCOM anexar as planilhas do SCCI e remeter para a Seção de Documentação e Arquivo (SDA) para abertura de pasta em nome do beneficiário e posterior arquivo. A DCOM controla os Empréstimos para Pequenas Reformas concedidos aos beneficiários através do SCCI, até a quitação pelo beneficiário.

1.4.3 Macroprocesso - Financiamento Imobiliário – MPF 03

Figura 1.4.3 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 03



A Divisão de Comercialização (DCOM) controla os financiamentos imobiliários concedidos pela CFIAe, através do Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), até a quitação pelo beneficiário.

Conforme mostrado no fluxograma este macroprocesso visa proporcionar aos seus beneficiários meios para a aquisição de unidades habitacionais e compreende as seguintes fases principais:

1ª FASE – ATUALIZAÇÃO DO SCCI

Para manter o SCCI atualizado, a DCOM, diariamente, cadastra os índices de reajuste das prestações e do saldo devedor.

2ª FASE – COBRANÇA DAS PRESTAÇÕES

Com a atualização, são feitas as emissões das prestações consignadas em folha ou das GRU's pagas no Banco do Brasil.

3ª FASE – CONTROLE DOS PAGAMENTOS

Diariamente, a DCOM “captura” os lotes de retorno de pagamentos de prestações e atualiza o banco de dados do SCCI.

4ª FASE – EMISSÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Após o fechamento do mês, a DCOM gera, no SCCI, os relatórios contábeis e encaminha à Divisão de Finanças (DFIN) para conferência.

5ª FASE – EMISSÃO DOS RELATÓRIOS PARA A CAIXA (SEGUROS E FCVS)

Mensalmente, é gerado o arquivo com os prêmios de seguros para ser enviado à seguradora e o arquivo com as parcelas mensais do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) à Caixa Econômica Federal (CEF).

6ª FASE - HABILITAÇÃO DOS SALDOS JUNTO À CAIXA (FCVS)

Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS são habilitados regularmente pela DCOM junto à CEF.

7ª FASE – CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

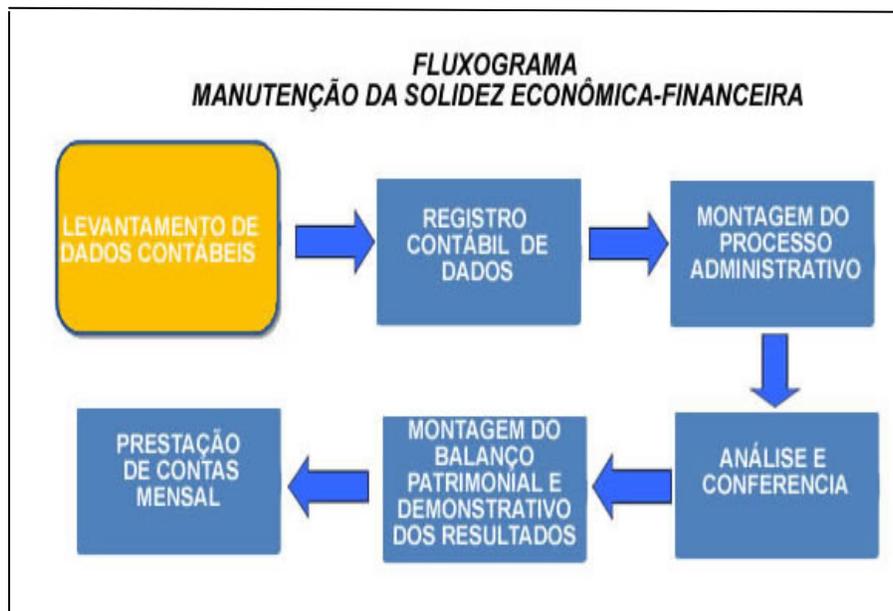
A DCOM envia avisos de cobranças aos mutuários inadimplentes e, se necessário, dá início ao processo de cobrança judicial.

8ª FASE – LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS (CAUÇÃO E HIPOTECA)

Quitado o financiamento, a DCOM providencia as liberações das garantias que constam sobre o imóvel (caução e/ou hipoteca) e as entrega ao mutuário para serem averbadas no Registro Geral de Imóveis RGI.

1.4.4 Macroprocesso - Manutenção da Solidez Econômico-Financeira - MPF 04

Figura 1.4.4 – Fluxograma Financiamento Imobiliário – MPF 04



A Situação Econômico-Financeira da CFIAe é demonstrada mediante a análise dos dados levantados em documentos de receitas, despesas e direitos a receber pela Autarquia que são registrados contabilmente no SIAFI e no Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), que servirão para comporem o Balanço Patrimonial mensal a ser demonstrado na Prestação de Contas Mensal. Este Macroprocesso, busca dentre outras importantes informações, representar o desenvolvimento das atividades, visando manter a solidez econômico-financeira da Autarquia. Por sua análise, pode-se, também, aferir mensalmente a tendência de dois importantes indicadores: O da Inadimplência e o da Evolução Patrimonial.

Compõem-se este Macroprocesso das seguintes fases:

1ª FASE – LEVANTAMENTO DE DADOS CONTÁBEIS

Esta fase é dividida em 4 subfases:

1ª SUBFASE – CONTROLE DAS RECEITAS

A DFIN e a DCOM levantam, mensalmente, a documentação e contabilizam todas as receitas advindas dos contratos de financiamentos, das aplicações financeiras, dos seguros (sinistros) e do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

2ª SUBFASE – CONTROLE DAS DESPESAS

O GADM, a DFIN e a DCOM levantam, mensalmente, a documentação e contabilizam todas as despesas realizadas com a contratação de material de consumo, bens móveis e serviços, dívida com a CEF e pagamentos dos seguros habitacionais e do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

3ª SUBFASE – CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

A DCOM e a AJUR informam ao mutuário sobre a sua situação de inadimplência e sugerem a negociação da dívida. Caso aceita, a DCOM elabora o Contrato de confissão de dívida. No caso de continuidade da inadimplência é separada a documentação e encaminhada a Procuradoria Regional Federal (PRF) para ajuizamento da ação apropriada ao caso em questão.

4ª SUBFASE – CONTROLE DOS BENS IMÓVEIS

Nesta Subfase, três setores são envolvidos: A DT, através da Seção de Patrimônio, faz a fiscalização e avaliação dos imóveis em estoque e emite o Relatório Mensal de Bens Imóveis. A AJUR gerencia o processo de retomada do imóvel, junto à PRF. A DCOM encaminha à Seção de Patrimônio para avaliação do imóvel retomado. Feita a avaliação o processo retorna à DCOM para que seja providenciada a revenda do imóvel, aos beneficiários da CFIAe.

2ª FASE – REGISTRO CONTÁBIL DOS DADOS

A DFIN faz o registro contábil no SIAFI, das receitas, despesas e dos valores dos bens imobiliários, nas respectivas rubricas constantes do Balanço Patrimonial Mensal (Ativo e Passivo).

3ª FASE – MONTAGEM DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

A DFIN solicita à ASCI a abertura dos respectivos processos administrativos, autuando e indexando a documentação pertinente.

4ª FASE – ANÁLISE E CONFERÊNCIA

A DFIN apresenta ao Diretor Executivo os documentos contábeis com os seus respectivos comprovantes, que encaminha para análise e conferência da ASCI, para posterior aprovação do Agente Diretor e Ordenador de Despesa.

5ª FASE – MONTAGEM DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

A DFIN, elabora o Balanço Patrimonial do mês com todos os dados já analisados e conferidos, extraídos dos documentos contábeis e do SIAFI.

6ª FASE – PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

É realizada, pelo Diretor Executivo, uma apresentação áudio visual da Prestação de Contas mensal, com a presença de todos os Agentes da Administração.

1.5 Macroprocessos de Apoio (MPA)

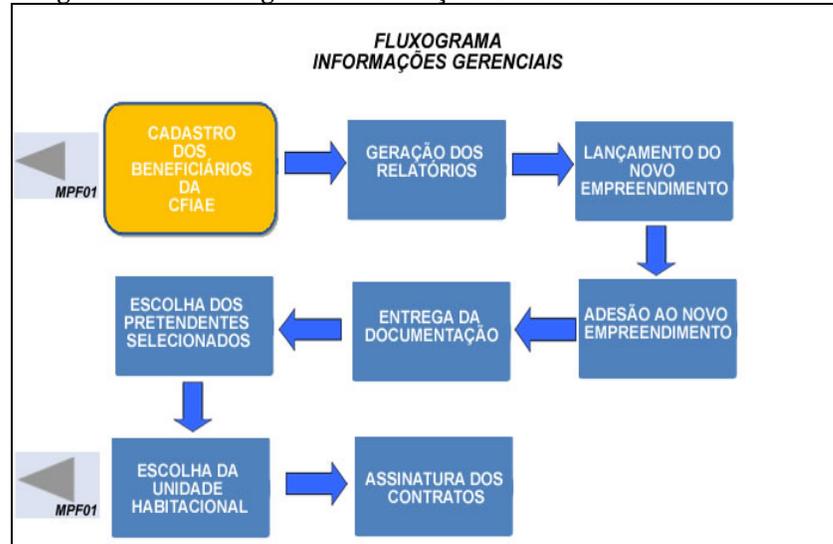
A CFIAe possui 01 (um) Macroprocesso de Apoio a saber:

Quadro A.1.5 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
MPA 01	Sistema de Informações Gerenciais	Cadastro dos Beneficiários	Beneficiários do Comando da Aeronáutica	Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação

1.5.1 - Macroprocesso – Sistema de Informações Gerenciais – MPA 01

Figura 1.5.1 – Fluxograma Informações Gerenciais – MPA 01



Conforme mostrado no fluxograma, este macroprocesso visa produzir as informações necessárias para viabilizar os Macroprocessos Finalísticos da Autarquia e compreende as seguintes fases:

1ª FASE - CADASTRO DOS BENEFICIÁRIOS DA CFIAe

Os beneficiários da CFIAe cadastram-se no banco de dados, a fim de que sejam analisadas as informações para a realização dos futuros empreendimentos ou definição de produtos CFIAe.

2ª FASE – GERAÇÃO DOS RELATÓRIOS

São gerados relatórios para o estudo da demanda e do tipo de moradia desejada nos futuros empreendimentos.

3ª FASE - LANÇAMENTO DO NOVO EMPREENDIMENTO

É feito o lançamento do novo empreendimento, em reunião de apresentação aos pretendentes.

4ª FASE - ADESÃO AO NOVO EMPREENDIMENTO

Os pretendentes analisam o novo empreendimento apresentado e as condições do financiamento imobiliário, e realizam a sua adesão.

5ª FASE - ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Os pretendentes, que aderiram ao novo empreendimento, entregam a documentação necessária para análise da renda familiar.

6ª FASE - ESCOLHA DOS PRETENDENTES SELECIONADOS

É emitida a lista dos pretendentes selecionados, baseada na análise da documentação entregue e das condições definidas para a escolha da unidade habitacional.

7ª FASE - ESCOLHA DA UNIDADE HABITACIONAL

Os pretendentes selecionados escolhem as suas respectivas unidades habitacionais.

8ª FASE – ASSINATURA DOS CONTRATOS

Após a escolha das unidades, segue-se a formalização da Assinatura dos Contratos.

1.6 Principais Parceiros

A CFIAe tem como principais parceiros, para o alcance da sua missão as seguintes instituições:

- a) O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;
- b) A Secretaria do Patrimônio da União;
- c) As Superintendências Regionais de Patrimônio da União;
- d) A Caixa Econômica Federal; e
- e) As Procuradorias Regionais Federais.

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

Item da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que não se aplicam à natureza jurídica da CFIAe:

Item 2.5 – Remuneração Paga a Administradores – A CFIAe não remunera os componentes do seu Conselho de Administração, composto conforme o item 1.3.2.

2.1 Estrutura de Governança

Dentro do Organograma da CFIAe, estão inseridos os órgãos de autocontrole da Autarquia, que são: O Conselho de Administração, a Assessoria Jurídica, a Auditoria Interna, a Assessoria de Controle Interno e a Chefia do Gabinete Administrativo, conforme mostrado no item 1.3.

A CFIAe tem como Órgão de Controle Interno (OCI) o Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica (CENCIAR), em cujo Plano de Trabalho Anual constam planejadas, auditorias anuais a esta Autarquia. A CFIAe também, contrata empresa especializada (auditoria independente) para auditar os processos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), de acordo com a legislação.

Além das Auditorias anuais executadas pelo CENCIAR, são feitas pelo órgão interno, anualmente, Auditoria Interna, de acordo com o Programa Anual de Auditoria Interna.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Como mostra o organograma da Autarquia no item 1.3, a Auditoria Interna (AUDI) está diretamente ligada ao Presidente, tendo, entre outras atribuições a de assessorar a Presidência no cumprimento da legislação e das normas que regem a Administração Pública e a política habitacional da CFIAe, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes, objetivando maior eficiência no controle interno e nos serviços da Autarquia.

Entre os trabalhos que foram executados no exercício está a auditoria interna realizada conforme Programa Anual de Auditoria Interna, datado de 24/07/2014 em consonância com as disposições da ICA 174-1/2007 e da forma como preconiza a legislação e as Normas de Serviços internas sobre Fiscalização de Contratos Administrativos, Conformidade de Registro de Gestão, Procedimentos para Concessão, Aplicação e Comprovação de Suprimentos de Fundos, Regularização dos Encargos dos Bens Patrimoniais Imóveis, Gestão do Plano de Metas, Rotinas de Auditoria Interna, Aplicações Financeiras no âmbito da CFIAe, além dos controles através de formulários mensais, como relatórios de consumos, inventários, etc.

A Auditoria Interna é executada em todos os setores da Autarquia – Secretaria da Presidência, Gabinete Administrativo, Diretoria Técnica, Diretoria Executiva, Assessoria de Controle Interno, Assessoria Jurídica, Assessoria de Tecnologia da Informação e Divulgação - que culminou com a elaboração do Relatório de Auditoria Interna de 2014. A AUDI, que na Autarquia, também, tem assessorado a Presidência, atuando diretamente nos Processos Administrativos de Gestão, Programa de Trabalho Anual, Relatório de Gestão, Prestação de Contas Mensais, Processos Licitatórios, Controles Financeiros, Balanços Patrimoniais, Controle dos Bens Móveis e Imóveis, ligação com a Procuradoria Federal Regional do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal. Tem assessorado os Diretores Executivo e Técnico na consecução dos objetivos estratégicos da Autarquia, no que tange à Produção de Unidades Habitacionais, Empréstimos para Pequenas Reformas e acompanhamento da Carteira de Financiamento de Contratos Imobiliários.

Todas as recomendações feitas aos setores, durante a Auditoria Interna realizada são verificadas nos prazos estabelecidos, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna, o qual é aprovado pelo Senhor Presidente e disponibilizado no Sistema de Informações Gerenciais e na rede interna, para que todo o efetivo da Autarquia tenha conhecimento. O Relatório também serve para que o Presidente, quando necessário, mude procedimentos, com a emissão de novas diretrizes, visando o cumprimento da missão da Autarquia. São também realizadas reuniões periódicas com o efetivo, visando elucidar as dúvidas sobre novos procedimentos.

O Auditor Interno, como membro do Conselho de Administração participa, pelo menos, duas vezes na semana, da reunião com o Presidente, o Chefe do Gabinete Administrativo, o Diretor Executivo, o Diretor Técnico, o Assessor de Controle Interno, Assessor Jurídico, o Assessor da Tecnologia da Informação e Divulgação onde são discutidos assuntos de interesse de toda a Administração, incluindo a prevenção dos riscos que poderão afetar os projetos, em casos de atividades que independam da atuação direta da CFIAe.

2.3 Sistema de Correição

2.3.1 Pessoal Civil

Em cumprimento a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, o Comando-Geral do Pessoal é a Organização responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

2.3.2 Pessoal Militar

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 Outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundamentada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente, a correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da CFIAe

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela					X

UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica e Comentários Relevantes: Muitos dos itens deste quadro poderão ser respondidos pelas diversas Normas de Serviços, Relatórios, Inventários e Fichas de Controles que normatizam as atividades da Autarquia. A					

estratégia adotada para a presente avaliação foi baseada no Planejamento Estratégico, Plano de Trabalho Anual, Relatório de Auditoria Interna e as normas supracitadas vigentes na CFIAe. Dessa forma, pode-se afirmar que o Sistema de Controle da Autarquia é bem avaliado pela Instituição.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de Acesso do Cidadão

A CFIAe mantém os seguintes canais de acesso ao cidadão:

- a) Site da Organização: www.cfiae.aer.mil.gov.br;
- b) Ouvidoria na sede da Organização; e
- c) Carta de Serviços ao Cidadão

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A CFIAe tem publicada em seu site www.cfiae.aer.mil.gov.br a Carta de Serviços ao Cidadão, prevista no Decreto nº 6.932/2009, cujo objetivo é orientar e informar a sociedade sobre a missão, os produtos e serviços prestados pela Autarquia e as formas de acessá-los. Nela, também, são divulgados os Canais de Comunicação, que visam estimular a participação, através de sugestões e críticas, as quais contribuem para elevar os padrões de atendimento e aperfeiçoar os serviços da Instituição.

3.3 Mecanismos para medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

Existe um Indicador de Qualidade para verificar o nível de satisfação dos beneficiários em relação ao produto (empreendimento habitacional) promovido pela CFIAe após a entrega ao adquirente da sua unidade residencial. No presente exercício não houve possibilidade de medição em virtude de não ter sido entregue nenhum empreendimento. No último indicador, constante do Relatório de Gestão de 2013, o Índice de Satisfação alcançou o percentual de 86,7%.

3.4 Acesso às Informações da CFIAe

A Autarquia mantém o site www.cfiae.aer.mil.gov.br, onde constam todas as informações sobre a sua missão, organização e os produtos e serviços prestados a seus beneficiários.

A CFIAe também dispõe de uma Ouvidoria localizada na Secretaria da Presidência e uma Unidade de Atendimento ao Público com a finalidade de receber as manifestações dos beneficiários, servidores, cidadãos, prestadores de serviço e instituições quanto aos serviços e atendimentos prestados pela Autarquia e outros assuntos relacionados à Instituição disponíveis a quaisquer interessados em apresentar pedido de acesso a informações sobre a Autarquia, por qualquer meio legítimo.

A solicitação de informação é feita por meio de formulário onde contém o destinatário, a identificação do requerente e a descrição da informação solicitada.

As solicitações são analisadas quanto a eventuais restrições de acesso às informações sigilosas ou de caráter pessoal.

O acesso às informações classificadas como sigilosas ficam restritas às pessoas que tenham necessidade de conhecê-las e que sejam devidamente credenciadas na forma da legislação, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

Existem documentos internos em forma de Normas de Serviço, mas de conteúdo ostensivo a qualquer cidadão, que normatizam os procedimentos da Autarquia. São eles: A NS nº 021/DE/2008 - Atendimento ao Beneficiário – que tem por finalidade disciplinar os procedimentos visando dar atendimento ágil, seguro e eficaz aos beneficiários da Autarquia, a NS nº 039/GADM/2012 – Sistema de Informação ao Cidadão – que estabelece os procedimentos para receber, analisar e responder às solicitações de informações conforme previstas na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e a NS nº 010/PRES/2015, que está sendo atualizada e cuja finalidade é normatizar as atividades da Ouvidoria da CFIAe.

3.5 Avaliação do Desempenho da CFIAe

A avaliação do desempenho da Autarquia está relacionada no item 5.4.1 Indicadores de Desempenho deste Relatório, onde constam os 04 (quatro) principais indicadores que, no ponto de vista do Conselho de Administração da CFIAe, retratam o desempenho desta Organização em relação a seus objetivos estratégicos, conforme listados a seguir:

Patrimônio Líquido, Inadimplência, Empréstimos para Pequenas Reformas e Produção de Unidades Habitacionais.

3.6 Medidas relativas à Acessibilidade

Conforme consta do item 8.2.3, a sede da CFIAe está situada em um prédio do Comando da Aeronáutica, cujo responsável pela Manutenção, Conservação e Patrimônio Imobiliário é o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro/GAP-RJ.

Com relação a um dos objetivos estratégicos da Autarquia, Produção de Unidades Habitacionais, o Agente Financeiro responsável pelos recursos de produção e financiamento de empreendimentos a serem construídos exige que todos os projetos sejam aprovados pelos órgãos e entidades competentes, inclusive as Prefeituras locais, a quem cabem a fiscalização das normas vigentes relativas à acessibilidade de pessoas com deficiência.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações do ambiente de atuação da CFIAe

4.1.1 Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos

Como estratégia adotada, a Autarquia cumpre o seu Planejamento Estratégico 2010-2030 e o Programa de Trabalho Anual do exercício, no qual consta todo o planejamento estabelecido para o exercício.

A utilização de processos técnicos e administrativos inovadores retrata uma constante busca da Autarquia, no intuito de reduzir o preço final dos seus empreendimentos imobiliários. Para isso, existe uma parceria operacional com a Caixa Econômica Federal, que é de fundamental importância para os financiamentos dos empreendimentos, visando ter o suporte financeiro necessário na busca de condições especiais e diferenciadas de juros, prazos e limites de renda em atendimento ao que preconiza a política do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O acompanhamento da execução dos empreendimentos deverá ser rotineiro a fim de garantir a qualidade do produto e o atendimento às especificações estabelecidas.

Na área de recursos humanos a CFIAe busca manter os seus servidores capacitados e atualizados nos diversos conhecimentos e habilidades técnicas, conceituais e gerenciais necessárias para o cumprimento da missão.

Para atender o seu primeiro objetivo estratégico, a **produção de unidades habitacionais para a venda a seus beneficiários**, conforme previsto em sua lei de criação, a CFIAe atua em sua vertente de forte conteúdo social, inserindo seus projetos, prioritariamente, no “Programa Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, em perfeita sintonia com as regras estabelecidas para aquele programa e em consonância com as diretrizes do Sistema de Patrimônio da União, quanto à utilização de terrenos públicos. Para isso, é importante prosseguir na análise e na disponibilidade de áreas jurisdicionadas ao COMAER, onde a demanda por moradia seja significativa e justifique a utilização de terrenos da União para construção de unidades habitacionais, tornando viável a construção de empreendimentos associativos para os beneficiários da Autarquia.

Também deverão ser buscadas alternativas para o atendimento dos beneficiários que fiquem acima da faixa de renda prevista no Programa Minha Casa, Minha Vida.

No que compete a outro importante objetivo estratégico qual seja **proporcionar aos seus beneficiários a obtenção de financiamento residencial**, a Autarquia exerce seu papel de agente assessor, disponibilizando consultoria financeira em sua página na Internet, ou por meio de atendimento pessoal. Esta assessoria permite aos beneficiários conhecer as condições de financiamento praticadas por instituições financeiras na concessão de Carta de Crédito Habitacional, informando aquelas que praticam as taxas mais favoráveis.

Ainda no papel de agente assessor, a CFIAe incentiva, a formação de grupos de beneficiários interessados na construção de empreendimentos imobiliários de iniciativa do próprio grupo com projetos concebidos a partir do interesse e condições do grupo.

Para atender o terceiro objetivo estratégico, também previsto na missão da CFIAe, qual seja, o de **proporcionar aos seus beneficiários recursos para a ampliação ou reforma de suas unidades habitacionais**, foi implementado a partir de 2011, com recursos da própria Autarquia, empréstimos para pequenas reformas, em até 60 meses, com reduzida burocracia, baixa taxa de juros pré-fixada e ressarcimento por meio de consignação em folha. Para tanto, são envidados esforços no sentido de ampliar os meios de divulgação do produto, bem como acompanhar as taxas de juros praticadas no mercado para as devidas adequações.

Visando atender o seu quarto objetivo estratégico de **manter a solidez econômico-financeira** da Autarquia, foi aperfeiçoado o Sistema de Controle do Crédito Imobiliário, com o auxílio da Tecnologia de Informação, demonstrando a importância da utilização do planejamento, como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados e, ao mesmo tempo,

fornecer parâmetros e índices confiáveis para a tomada de decisões. Um acompanhamento e controle bem elaborados fornecem indicadores que permitirão otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, base fundamental para alcançar os resultados pretendidos.

4.1.2 Tratamento dos riscos envolvidos nos objetivos estratégicos

No que concerne à avaliação dos riscos em relação à **produção de unidades habitacionais para seus beneficiários**, o produto está bem estruturado. A sua concretização, ou seja, o início das obras, só ocorre após a aprovação do projeto junto aos órgãos públicos competentes, a seleção da construtora, o grupo plenamente constituído, ou seja, 100% da demanda necessária, avaliada e aprovada pelo Agente Financeiro, e competente registro dos contratos de financiamento no Registro Geral de Imóveis.

Vale destacar que a operação é cercada de outros instrumentos que trazem a tranquilidade necessária à Administração, até onde se pode vislumbrar, visto que, superada esta etapa inicial de aprovação de toda a operação técnico/financeira e iniciadas as obras, o Sistema Financeiro da Habitação, em que são calcados os contratos de financiamento, estabelece cobertura para seguros de risco, que abrangem desde a substituição da construtora, caso necessário, por descumprimento do contrato, responsabilidade civil do construtor, bem como danos físicos do imóvel e também cobertura para seguros de risco no caso de morte ou de invalidez permanente do adquirente.

Em relação ao segundo objetivo estratégico de **promover aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas**, para os beneficiários que não são contemplados com os empreendimentos associativos, a CFIAe tem parcerias com Agentes Financeiros, com fins de obter condições mais favoráveis na concessão de crédito para aquisição de moradias, não havendo riscos para esta Autarquia, por se tratar de negociação direta entre o beneficiário e o Agente Financeiro.

No terceiro objetivo estratégico, de **proporcionar aos seus beneficiários recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais**, destaca-se o Empréstimo para Pequenas Reformas. Neste produto, as operações de crédito são conduzidas pela CFIAe com taxas de juros baixas, pré-fixadas. A cobrança se processa mediante desconto em folha (consignação).

O ambiente do público-alvo considerado é o do Comando da Aeronáutica, abrangendo todos beneficiários da CFIAe. Este ambiente é conhecido e de baixo risco, principalmente quanto à estabilidade do emprego, o que garante um elevado grau de segurança para desenvolver o produto.

O desconto em folha, atrelado à devida verificação da margem consignável, minimiza a probabilidade de que o beneficiário adquira o produto sem ter condições de honrar o pagamento, inibindo a inadimplência.

Um aspecto importante na avaliação de risco é o prazo. Cinco anos para saldar o financiamento é considerado um prazo adequado, portanto com menor possibilidade de inadimplência. Na análise dos riscos levou-se em consideração o “spread” inserido no financiamento, verificando-se que o produto é viável e seguro.

Com relação à carteira de contratos de financiamentos imobiliários, estes possuem seguros que cobrem possíveis riscos de sinistro. Em caso de inadimplência, depois de tomadas todas as medidas administrativas, as providências finais serão através de ações judiciais.

Para o quarto objetivo estratégico **manter a solidez econômico-financeira** da Autarquia, a Tabela constante do item 5.1.3.4 demonstra, em números, a tendência de solidez da Administração, comparando o resultado dos balanços dos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Item da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que não se aplicam à natureza jurídica da CFIAe:

Item 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS - A CFIAe é responsável por executar integralmente a ação, portanto não utiliza este Quadro.

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que se aplicam à Autarquia, mas sem conteúdo por não ter ocorrido no período

Item 5.2.1 – Programa Temático;

Item 5.2.2 – Objetivo;

Item 5.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA – Restos a Pagar não Processados– OFSS;

Item 5.3 – Informações sobre outros Resultados de Gestão;

5.1 Planejamento da CFIAe

5.1.1 Planejamento Estratégico da CFIAe (PE)

A CFIAe possui um Planejamento Estratégico cujo propósito é reunir dados necessários ao desenvolvimento das suas atividades, no período de 2010 a 2030, enfocando principalmente as diretrizes estabelecidas no item 5.5 Pessoal, subitem Moradias, do **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER)** no que se refere ao aprimoramento do apoio aos militares e civis do Comando da Aeronáutica, com estrita observância à vinculação da Autarquia àquele Comando, especialmente no que concerne ao apoio ao seu efetivo, propiciando alternativas com vistas à aquisição ou melhoria de suas unidades habitacionais, face ao cenário que se vislumbra de uma continuidade no aumento da demanda por moradias no efetivo do COMAER, projetado para o período.

5.1.2 Vinculação do Plano com suas competências constitucionais

O Planejamento Estratégico da CFIAe está de acordo com sua Lei de criação (Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979), sendo esta Autarquia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) de acordo com a Lei nº 4380 de 21/08/64. No PE poderão ser encontrados todos os projetos e suas fases previstas para aquele período e onde estão definidos os objetivos estratégicos a serem seguidos, visando alcançar as metas estabelecidas nos planos descritos a seguir, que complementam aquele Planejamento.

a) O Plano Habitacional, cuja finalidade é o planejamento das metas a serem atingidas pela CFIAe, em um horizonte de 20 anos e apresenta um diagnóstico da situação habitacional de seus beneficiários, define as diretrizes, estratégias, linhas de ação e programas, estabelece prioridades, procedimentos e as metas para o atendimento para a aquisição da casa própria.

b) O Plano de Capacitação de Recursos Humanos, onde estão estabelecidas as Diretrizes de Recursos Humanos, tem como objetivo qualificar o pessoal para otimizar desempenhos e compromissos, de modo a satisfazer as necessidades internas e externas da Autarquia.

c) O Plano Econômico-financeiro que representa a situação econômico-financeira da CFIAe, onde a Administração busca parâmetros confiáveis para a tomada de decisão, permitindo otimizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis, visando manter a solidez do patrimônio da CFIAe. Fornece, também, dados aos gestores para a avaliação da eficiência da administração, considerando os fatores internos e externos que podem interferir em sua gestão.

d) O Plano Diretor de Tecnologia da Informação tem a finalidade de estabelecer o planejamento para o desenvolvimento das atividades correspondentes e acompanhar a evolução tecnológica da área.

5.1.3 Execução do plano de metas ou de ações

A CFIAe, Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem despendido esforços para dar continuidade a mais ampla divulgação e identificação da real demanda por casa própria do efetivo militar e civil vinculado ao COMAER, em âmbito nacional, priorizando as localidades onde é mais insuficiente a oferta de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) e maior o número de beneficiários interessados na aquisição de moradia. A CFIAe conta, em seu banco de dados, com aproximadamente 19.000 pretendentes à casa própria, em todo o território nacional.

Para o exercício de 2014 as seguintes metas referentes aos 04 (quatro) objetivos estratégicos da CFIAe foram previstas:

5.1.3.1 Objetivo 01 - Produção de unidades habitacionais para a venda aos seus beneficiários

Previsto no nº 4, do art. 12 e nº 4 do art. 60 da Portaria nº 1.175/MIN, de 15 de dezembro de 1987, o Plano Habitacional considera prioritariamente, a utilização de terrenos da União para os empreendimentos habitacionais destinados a graduados e servidores, em programas que se enquadram no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, atuando a CFIAe como Agente Promotor.

Entre outras metas, estavam previstas no PTA/14 os lançamentos do Residencial Solar do Bosque, no Jardim Sulacap – RJ, do empreendimento Residencial Rio-Mar, em Belém – PA, e o empreendimento Moradas do Sol, em Fortaleza – CE, entretanto, conforme justificativa abaixo, estão sendo reprogramados para 2015, em virtude, especialmente, das dificuldades de aprovação dos projetos, junto às Prefeituras, bem como o andamento de processos, junto à Caixa Econômica Federal.

No caso do Residencial Solar do Bosque, no Rio de Janeiro, já foi providenciada a seleção da construtora que aguarda a aprovação do projeto, para em seguida, a CFIAe efetuar a qualificação da demanda dos beneficiários interessados na aquisição dos imóveis, a celebração dos contratos de financiamento e o competente registro cartorial para o início das obras.

Para o empreendimento de Belém - PA, Residencial Rio-Mar, já foi selecionada a construtora. O processo aguarda parecer da Caixa Econômica Federal, quanto ao enquadramento no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

No caso do empreendimento Moradas do Sol, em Fortaleza – CE, o projeto se encontra em fase de aprovação na Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Para a área referente ao Município de Canoas – RS, já foram elaborados o levantamento planialtimétrico e os estudos relativos ao meio-ambiente. Foi, também, iniciada a elaboração do projeto.

5.1.3.2 Objetivo 02 - Promoção aos seus beneficiários de meios para a aquisição de unidades habitacionais em construção ou concluídas.

a) Disponibilizar consultoria financeira em sua página na Internet e incentivar a formação de grupos de beneficiários interessados na construção de empreendimentos imobiliários de iniciativa do próprio grupo com um projeto concebido a partir do interesse e condições do grupo.

Através desta ação, os beneficiários podem visualizar as condições de financiamento praticadas por instituições financeiras na concessão de Carta de Crédito Habitacional, com as taxas de mercado mais favoráveis e tomam conhecimento das condições para construção de empreendimentos de interesse de grupos formados para este fim.

5.1.3.3 Objetivo 03 - Promoção aos seus beneficiários de recursos para ampliação ou reformas de suas unidades habitacionais.

a) Continuidade ao processo para a concessão de empréstimo imobiliário para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe, em imóveis de sua propriedade.

Foram atendidos todos os beneficiários que solicitaram empréstimo e apresentaram a documentação exigida e que se encontravam de acordo com os critérios adotados.

5.1.3.4 Objetivo 04 - Manutenção da solidez econômico-financeira da Autarquia

a) Promover treinamento e reciclagem do efetivo da CFIAe;

O resultado desta meta consta do quadro 7.1.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos, constantes do presente Relatório.

b) Dar continuidade aos esforços, visando ao pagamento da dívida desta Autarquia com a CEF com recursos provenientes do FCVS;

A dívida da CFIAe, em 31 Dez 14, estava em R\$ 279.871,80. Para quitá-la totalmente, depende de decisão de órgãos externos para o repasse do FCVS à esta Autarquia, cujo valor nesta data alcança o montante de R\$ 3.220.000,00. Deverá ser totalmente quitada tão logo essa parcela seja repassada pelo FCVS.

c) Ampliar medidas administrativas necessárias com a finalidade de diminuir a inadimplência.

Foram realizadas gestões de modo a reduzir a inadimplência dos mutuários da CFIAe, sendo reduzida no exercício, em torno de 3,73%, apesar das muitas dificuldades. Esta é uma meta que não depende exclusivamente da CFIAe. O cenário nacional e outros fatores econômicos e financeiros atuam como variáveis (facilidade de crédito pessoal e de financiamento e juros baixos aumentaram o endividamento das pessoas).

d) Manter a evolução patrimonial positiva.

O acompanhamento e análise através das prestações de contas mensais indicaram aumento na evolução patrimonial, em torno de 3,54% em relação ao exercício anterior, conforme tabela abaixo retirada do Balanço Patrimonial de 31/12/2014.

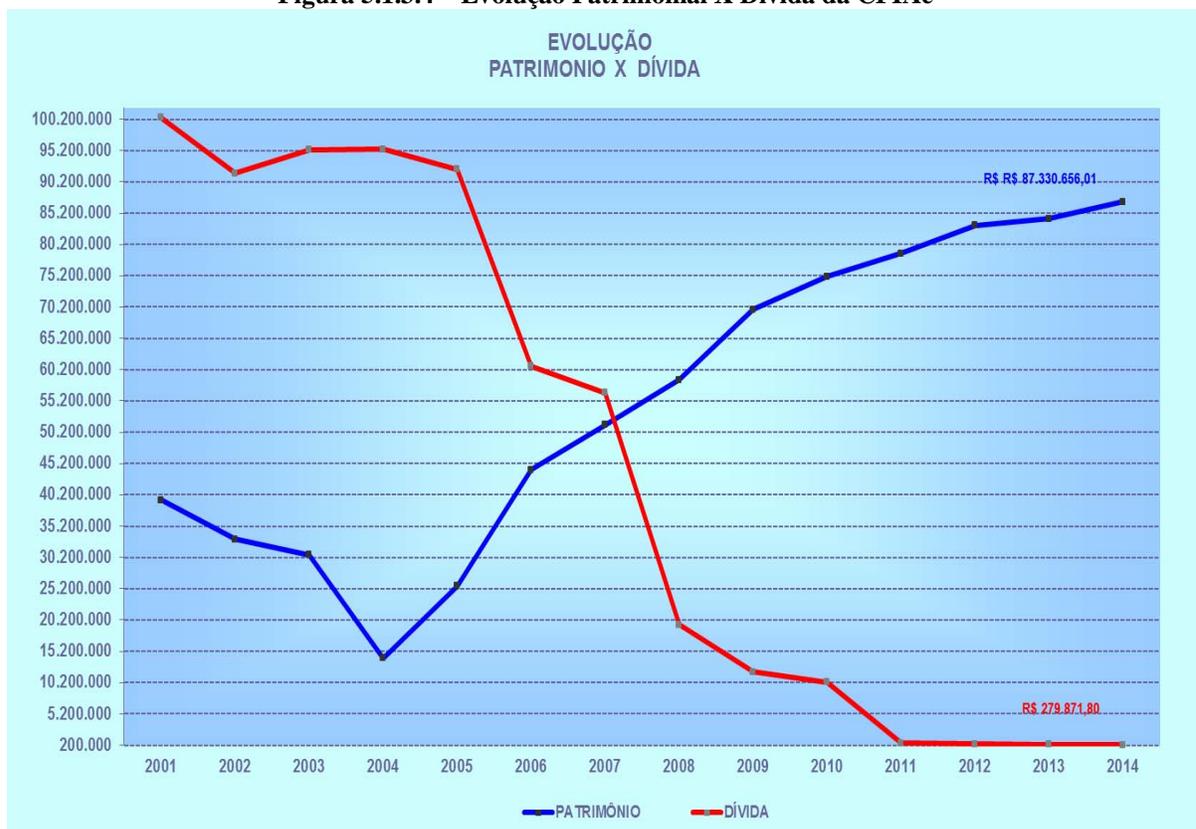
Tabela II - Situação Econômico-Financeira

RESULTADOS DOS BALANÇOS	2012	2013	2014
SUPERAVIT FINANCEIRO	46.168.008,58	49.887.979,95	55.399.722,36
RESULTADO POSITIVO (ANF – PNF)*	37.027.716,59	34.456.024,44	31.511.392,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SUPERAVITÁRIO	83.195.725,17	84.344.004,39	87.330.656,01

* ANF – Ativo não financeiro; PNF – Passivo não financeiro.

Graficamente a evolução patrimonial da CFIAe desde 2001, versus sua dívida está representada conforme figura a seguir:

Figura 5.1.3.4 – Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe



Como pode ser visto no gráfico acima, para uma dívida de R\$ 279.871,80, a CFIAe conta com um patrimônio de R\$ 87.330.656,01.

Em função da análise efetuada com os dados extraídos dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, constata-se que a CFIAe está preparada para continuar, cumprindo a sua missão institucional de maneira sustentável.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações – OFSS

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe-OFSS
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis**

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operação Especial			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
130.000,00	130.000,00	75.393,63	75.393,63	75.393,63	0,00	0,00
Execução Física						

Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de Aposentadorias e Pensões		01	01	01	01
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Cumprimento de Sentenças Judiciais em julgado**

Identificação da Ação						
Código	0005		Tipo: Operação Especial			
Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitado em Julgado (Precatórios)					
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901	Tipo: Operação Especial		
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.284.638,00	2.146.877,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitado em Julgado (Precatórios)		-	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

Obs: Descentralização automática proveniente do processamento do arquivo ESB066 em cumprimento ao artigo 24 da LDO 2004 – UG/Gestão Favorecida: 080009/00001 – TRT – 1A. Região/RJ

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS

Contrib. da União para o Custeio do Regime de Previd. dos Serv. Públicos Federais decorrentes de Precatórios

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes de Precatórios					
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código: 0901	Tipo: Operação Especial		
Unidade Orçamentária	52211					

Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
175.917,00	175.917,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes de Precatórios			-	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica**

Identificação da Ação						
Código	00JE		Tipo: Operação Especial			
Título	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica					
Programa	Financiamento com Retorno		Código: 0902	Tipo: Operação Especial		
Unidade Orçamentária	74205					
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.467.334,00	1.467.334,00	693.600,00	693.600,00	693.600,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica			Servidor Beneficiário	30	30	26
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis**

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: Operação Especial			
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade		Servidor Beneficiado	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	0,00

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna**

Identificação da Ação						
Código	0283		Tipo: Operação Especial			
Título	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna					
Programa	Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) Código: 0905 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna		-	0,00	0,00	0,00	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Contribuições da União para o Custeio do Regime de Previdência Servidores Públicos Federais**

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108 Tipo: Operação Especial			
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.053,00	13.053,00	11.458,06	11.458,06	11.458,06	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Contribuições da União para o Custeio do Regime de Prev. Servidores Públicos Federais			-	Previsto	Reprogramado	Realizado
				0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Administração da Unidade**

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

3.985.269,00	2.500.000,00	1.600.494,65	1.110.852,25	1.110.852,25	-	489.642,40
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Administração da Unidade			-	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.332,00	7.332,00	6.716,38	6.716,38	6.716,38	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares			Servidor beneficiado	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da CFIAe – OFSS
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	52211					

Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
48.000,00	48.000,00	44.234,55	44.234,55	44.234,55	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares			Servidor beneficiado	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da CFIAe – OFSS
Pagamento do Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento do Pessoal Ativo da União					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108	Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	52211					
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.060.068,00	1.110.068,00	1.080.022,48	1.080.022,48	1.080.022,48	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento do Pessoal Ativo da União			-	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimentos – OI

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	00JE			Tipo: Operação Especial			
Título	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica						
Programa	Financiamento com Retorno			Código: 0902	Tipo: Operação Especial		
Unidade Orçamentária	74205						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.467.334,00	1.467.334,00	693.600,00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-

Fonte: Plano de Ação da CFIAe aprovado pelo EMAER

5.2.3.5 Análise Situacional

Se considerarmos que as principais metas financeiras da Autarquia, propostas para o exercício foram atendidas, podemos concluir que a CFIAe cumpriu o planejado com os recursos recebidos para atender as suas diversas ações, para o exercício. Não houve problemas na execução. A dotação orçamentária foi suficiente. As despesas de Restos a Pagar (Ação – Código 2000), em sua maior parte, decorreram de pregões eletrônicos para aquisição de material e serviço, realizados no final do ano. Assim, muitas despesas não foram pagas a tempo, em virtude de alguns fornecedores não efetuarem a entrega do produto ou serviço, até o fechamento do exercício.

5.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional

5.4.1 Indicadores de Desempenho

Quadro A.5.4.1 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - IPL	+ 1,37%	Aumento PL	+ 3,54%	Anual	$IPL = \frac{(PL \text{ exerc. corrente})}{(PL \text{ exerc anterior})} - 1 \times 100$
INADIMPLÊNCIA - IIN	- 2,91%	Diminuir Inadimp.	- 3,73%	Anual	$IPL = \frac{(PL \text{ exerc. corrente})}{(PL \text{ exerc anterior})} - 1 \times 100$
EMPRÉSTIMOS PARA PEQUENAS REFORMAS - IEMP	100%	100%	96,15%	Anual	$IEMP = \frac{\text{Emprest. Atend. no exercício}}{\text{Emprest. Solic. no exercício}}$
PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - IPUH	50,25%	Solar do Bosque 50,25%	49,75%	Anual	$IPUH = \frac{(\% \text{ acum exec. no exercício})}{(\% \text{ acum prev. no exercício})}$
		Moradas do Sol 50,25%	49,75%		
		Rio Mar 50,25%	37,81%		

Obs: Índices de Referência medidos em DEZ 2014, em comparação com os aos alcançados no exercício anterior (DEZ 2013)

Quadro A.5.4.1.2 – Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido

Indicador Financeiro – Patrimônio Líquido	
Objetivo da Mensuração	Verificar a evolução anual do Patrimônio Líquido (PL) da Autarquia.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IPL = \frac{(PL\ 2014) - 1}{(PL\ 2013)} \times 100 = \frac{(87.330.656,01) - 1}{(84.344.004,39)} = 1,0354 - 1 = 0,0354 = +3,54\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Aumentar percentualmente o Patrimônio Líquido.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que o Patrimônio Líquido aumentou 3,42% em relação ao exercício anterior.

Quadro A.5.4.1.3 – Indicador Financeiro - Inadimplência

Indicador Financeiro – Inadimplência	
Objetivo da Mensuração	Avaliar o comportamento da inadimplência dos contratos de financiamento.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IIN = \frac{(Inadp\ 2014) - 1}{(Inadp\ 2013)} \times 100 = \frac{(7.168.325,04) - 1}{(7.445.923,65)} = 0,9627 - 1 = 0,0373 = - 3,73\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – DCOM - Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Reduzir a Inadimplência.
Data da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi cumprida uma vez que a inadimplência foi reduzida em 3,73% em relação ao exercício anterior. Do montante de R\$ 7.168.325,04 estão ajuizados R\$ 5.688.447,16.

Quadro A.5.4.1.4 – Indicador Financeiro – Empréstimos para Pequenas Reformas em sua Propriedade

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados relativos aos empréstimos para pequenas reformas aos beneficiários da CFIAe.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IEMP = \frac{\text{Emprest. atendidos 2014}}{\text{Emprest. solicitados 2014}} = \frac{25}{26} = 0,9615 \times 100 = 96,15\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Executiva.
Meta para o ano	Atender a todos os beneficiários que solicitarem empréstimos para pequenas reformas em sua propriedade
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi integralmente cumprida. O único caso não atendido foi causado pela falta de margem consignável do beneficiário.

Quadro A.5.4.1.5 - Empreendimento Residencial Solar do Bosque – 180 unidades habitacionais – Sulacap – RJ

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$\text{IPUH} = \frac{\% \text{ acum executado 2014}}{\% \text{ acum previsto 2014}} = \frac{25,00}{50,25} = 0,4975 \times 100 = 49,75\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Atender ao planejado no Fluxograma para o exercício – Executar 5% da obra física do Empreendimento, correspondente a 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi parcialmente cumprida, faltando apenas 0,5% para o cumprimento da meta.

Quadro A.5.4.1.6 - Empreendimento Residencial Moradas do Sol – 120 unidades habitacionais – Fortaleza – CE

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$\text{IPUH} = \frac{\% \text{ acum executado 2014}}{\% \text{ acum previsto 2014}} = \frac{25,00}{50,25} = 0,4975 \times 100 = 49,75\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Atender ao planejado no Fluxograma para o exercício – Executar 5% da obra física do Empreendimento, correspondente a 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi parcialmente cumprida, faltando apenas 0,5% para o cumprimento da meta.

Quadro A.5.4.1.7 - Empreendimento Residencial Rio Mar – 245 unidades habitacionais – Belém – PA

Indicador de Produtividade - eficiência	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados dos eventos programados no Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$\text{IPUH} = \frac{\% \text{ acum executado 2014}}{\% \text{ acum previsto 2014}} = \frac{19,00}{50,25} = 0,3781 \times 100 = 37,81\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Diretoria Técnica
Meta para o ano	Atender ao planejado no Fluxograma para o exercício – Executar 5% da obra física do Empreendimento, correspondente a 50,25% do Fluxograma de Produção de Unidades Habitacionais.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da CFIAe sobre o Desempenho da Organização	A meta foi parcialmente cumprida.

5.5 Informações sobre Custos de Produtos e Serviços

Quadro A.5.5 – Variações de Custos

Produtos e Serviços	Variação % do Custo Unitário
Construção de Imóveis Residenciais	Não houve variação de custos substancial em relação ao exercício anterior.
Empréstimos Pessoais	Não houve variação de custos substancial em relação ao exercício anterior.
Contratos de Financiamento Imobiliários	Não houve variação de custos substancial em relação ao exercício anterior.
Controle das Receitas, Despesas e Inadimplência	Não houve variação de custos substancial em relação ao exercício anterior.

GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DA ATUAÇÃO DA CFIAe

Nada a considerar.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que não se aplicam à natureza jurídica da CFIAe:

Item 6.1.2 – Movimentação de Créditos Interna e Externa;

Item 6.1.3.1 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Total;

Item 6.1.3.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Total;

Item 6.1.3.5 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação;

Item 6.1.3.6 – Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação; e

Item 6.1.3.7 – Análise Crítica da Realização da Despesa.

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que se aplicam à Autarquia, mas sem conteúdo por não ter ocorrido no período:

Item 6.2 – Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda;

Item 6.3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

Item 6.5 – Transferência de recursos;

Item 6.7 – Renúncias sob a gestão da UJ; e

Item 6.8 – Gestão de Precatórios.

6.1 Programação e Execução das Despesas

6.1.1 Programação das Despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas – UO 5221

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica			Código UO: 5221		UGO: 123001	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			1.200.121,00	-	2.516.190,00	
CRÉDITOS	Suplementares		53.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-	-	91.858,00	
Outras Operações			-	-	-	
Dotação final 2014 (A)			1.210.174,00	-	2.424.332,00	
Dotação final 2013(B)			1.151.651,00	-	1.311.548,51	
Variação (A/B-1)*100			+ 5,08%	-	+ 84,85 %	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			170.000,00	1.374.411,00	50.000,00	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-

	Créditos Cancelados	19.000,00	1.374.411,00	-	-
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2014 (A)		151.000,00	-	50.000,00	-
Dotação final 2013(B)		43.832,63	-	87.600,00	-
Variação (A/B-1)*100		+ 244,50 %	-	- 42,93 %	

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas – UO 7425

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica			Código UO: 74205		UGO: 123001	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-		
Outras Operações			-	-	-	
Dotação final 2014 (A)			-	-	-	
Dotação final 2013(B)			-	-	-	
Variação (A/B-1)*100			-	-	-	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência
DOTAÇÃO INICIAL			-	1.467.334,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	
Outras Operações			-	-	-	-
Dotação final 2014 (A)			-	1.467.334,00	-	-
Dotação final 2013(B)			-	1.500.000,00	-	-
Variação (A/B-1)*100			-	- 2,18 %	-	-

6.1.1.1 Análise Crítica

Os valores constantes do presente quadro foram suficientes para atender as metas previstas no Plano de Trabalho Anual da Autarquia, conforme demonstrados nos quadros A.6.1.3.2 e A.6.1.3.4

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados pela CFIAe

Quadro A.6.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica		Código UO: 52211		UGO: 123001	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2014	2013	2014	2013
1.	Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.111.442,84	683.992,97	661.011,27	683.992,97
	a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
	b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
	c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
	d) Pregão	1.111.442,84	683.992,97	661.011,27	683.992,97
	e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
	f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
	g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.	Contratações Diretas (h+i)	263.905,87	350.107,81	236.885,24	350.107,81
	h) Dispensa	124.347,14	144.388,38	119.111,24	144.388,38
	i) Inexigibilidade	139.558,73	205.719,43	117.774,00	205.719,43
3.	Regime de Execução Especial	9.950,00	6.000,00	9.950,00	6.000,00
	j) Suprimento de Fundos	9.950,00	6.000,00	9.950,00	6.000,00
4.	Pagamento de Pessoal (k+l+m+n+o+p)	1.248.655,98	1.176.681,70	1.248.655,98	1.176.681,70
	k) Pagamento em Folha	1.166.874,17	1.101.216,92	1.166.874,17	1.101.216,92
	l) Diárias	26.539,60	20.052,60	26.539,60	20.052,60
	m) Auxílio transporte	6.716,38	6.716,38	6.716,38	6.716,38
	n) Auxílio Alimentação	44.234,55	43.404,08	44.234,55	43.404,08
	o) Auxílio Creche	89,00	979,00	89,00	979,00
	p) Ressarcimento médico	4.202,28	4.312,72	4.202,28	4.312,72
5.	Outros	877.965,06	1.177.732,49	865.774,86	1.177.732,49
6.	Total (1+2+3+4+5)	3.511.919,75	3.394.514,97	3.022.277,35	3.394.514,97

Fonte: SIAFI 2014

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito Originário – Valores Executados pela CFIAe

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica			Código UO: 52211			UGO: 123001			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas Pessoal		2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	33190	995.994,39	941.818,05	995.994,39	941.818,05	0,00	0,00	995.994,39	941.818,05
	33191	170.879,78	158.398,87	170.879,78	158.398,87	0,00	0,00	170.879,78	158.398,87
	33390	71.781,81	75.464,78	71.781,81	75.464,78	0,00	0,00	71.781,81	75.464,78

2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
33390	1.414.285,56	1.216.380,19	978.744,96	1.021.380,00	435.520,60	195.000,19	978.744,96	1.021.380,00
33391	33.184,74	32.000,00	20.298,19	28.006,33	12.886,55	3.993,67	20.298,19	28.006,33
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
34490	122.193,47	43.832,63	122.193,47	28.584,68	41.235,25	15.247,95	80.958,22	28.584,08
5. Inversões Financeiras								
34590	693.600,00	917.000,00	693.600,00	917.000,00	0,00	0,00	693.600,00	917.000,00
6. Amortização da Dívida								
34690	0,00	8.620,45	0,00	8.620,45	0,00	0,00	0,00	8.620,45

6.1.3.4 Análise Crítica da Realização da Despesa:

Dentro das Modalidades de Contratação, o Pregão Eletrônico representou o maior percentual da execução orçamentária, no exercício em questão, o que evidencia o comprometimento da Autarquia em tornar mais competitivo e transparente o processo licitatório. Em relação às despesas realizadas por grupo e natureza de despesa, a execução orçamentária esteve dentro do plano de metas constante do Programa de Trabalho Anual da Autarquia. Todas as despesas foram realizadas de acordo com o planejamento financeiro da Autarquia, de acordo com os processos licitatórios listados no Quadro A.6.1.3.2.

6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014 (Valores em R\$)	Pagamento (Valores em R\$)	Cancelamento (Valores em R\$)	Saldo a pagar 31/12/2014 (Valores em R\$)
2014	214.241,81	126.333,20	87.908,61	0,00
2013	263.702,87	238.453,35	25.249,52	0,00
2012	191.416,44	95.998,17	95.418,27	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014 (Valores em R\$)	Pagamento (Valores em R\$)	Cancelamento (Valores em R\$)	Saldo a pagar 31/12/2014 (Valores em R\$)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00

6.4.1 Análise Crítica

Todos os processos de Restos a Pagar foram liquidados dentro do exercício para o qual foram inscritos, não passando para o exercício subsequente.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.1 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	123001	CFIAe	05	R\$ 9.950,00	0,00	0,00	R\$ 9.950,00
2013	123001	CFIAe	03	R\$ 6.000,00	0,00	0,00	R\$2.000,00
2012	123001	CFIAe	05	R\$ 10.000,00	0,00	0,00	R\$2.000,00

Fonte: SIAFI 2014

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.2 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	123001	CFIAe	05	R\$ 9.950,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 9.950,00
2013	123001	CFIAe	03	R\$ 6.000,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 6.000,00

Fonte: SIAFI 2014

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
123001	CFIAe	33390.39	66	R\$2.000,00
			66	R\$1.950,00
			66	R\$2.000,00
			66	R\$2.000,00
			66	R\$2.000,00
			TOTAL:	R\$9.950,00

Fonte: SIAFI 2014

6.6.4 Análise Crítica

Apesar da CFIAe ter autorização para a concessão do Suprimento de Fundo Tipo CPGF, não foi necessário a utilização desta modalidade no exercício. A utilização da Conta de Suprimento de Fundos Tipo “B” ocorreu de forma excepcional, amparada pelo Aviso Interno nº 8/GC6/12, de 29 Jul 2008, do Comandante da Aeronáutica, com a finalidade de atender as despesas de pequeno vulto para cartórios, que só podem ser pagas em espécie.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que se aplicam à Autarquia, mas sem conteúdo por não ter ocorrido no período:

Item 7.1.4 – Irregularidades na área de Pessoal;

Item 7.1.5 – Riscos Identificados na Gestão de Pessoas;

Item 7.2.2 – Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão; e

Item 7.3 – Incluído na DN 139 - letras “a”, “b” e “c”.

7.1 Estrutura do Pessoal da CFIAe

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da CFIAe

Quadro A.7.1.1 – Força de Trabalho da CFIAe

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	01	32	04	01
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	00	15	04	00
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	00	15	04	00
1.1.2. Reconvocados	00	00	00	00
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	01	17	00	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	01	01	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	16	00	01
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	00	30	06	04
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4+2.1.5)	00	30	06	04
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório (*)	00	01	00	01
2.1.2 Oficiais Temporários (**)	00	05	03	02
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	00	24	03	01
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação (***)	00	00	00	00
2.1.5 Sargentos Temporários	00	00	00	00
2.2 Civis temporários	00	00	00	00
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	00	00	00	00
3. Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)	09	09	00	00
3.1 Servidores Civis sem vínculo	03	03	00	00
3.2 Servidores Civis aposentados	00	00	00	00
3.3 Militares da Reserva Remunerada	06	06	00	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	10	71	10	5

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Obs: Do total do efetivo, apenas 01 servidor é do quadro efetivo da CFIAe, todos os 70 restantes prestam serviço e são oriundos de diversas unidades militares do Comando da Aeronáutica.

7.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	14	18
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	08	07
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	08	07
1.1.2. Reconvocados	00	00
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	06	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	06	10
2. Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	21	09
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3+ 2.1.4+2.1.5)	21	09
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório (*)	01	00
2.1.2 Oficiais Temporários (**)	00	05
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	20	04
2.1.4 Alunos das Escolas de Formação (***)	00	00
2.1.5 Sargentos Temporários	00	00
2.2 Civis temporários	00	00
2.3 Auxiliares Locais (Unidades no Exterior)	00	00
3. Servidores em cargo DAS (3.3.1+3.3.2+3.3.3)	03	06
3.1 Servidores Civis sem vínculo	01	02
3.2 Servidores Civis aposentados	00	00
3.3 Militares da Reserva Remunerada	02	04
4. Total de Servidores (1+2+3)	38	33

Fonte: Seção de Recursos Humanos

7.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CFIAe

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	11	11	00	00
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	02	02	00	00
1.2.4. Sem Vínculo	03	03	00	00
1.2.5. Aposentados	06	06	00	00
2. Funções Gratificadas	15	10	00	01
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00

2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	15	10	00	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	26	21	00	01

Fonte: Seção de Recursos Humanos

Análise Crítica: Os recursos humanos existentes são constituídos na sua quase totalidade de militares e servidores civis, prestando serviço, cedidos ou designados para execução de Tarefa por Tempo Certo, originários de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, conforme previsto na Lei nº 6.715, de 12 NOV 1979. Esta Autarquia tem envidado esforços junto ao Comando Geral do Pessoal da Aeronáutica (COMGEP) no sentido de aprovar a criação de uma ramificação da Tabela de Lotação da Diretoria de Administração de Pessoal da Aeronáutica (DIRAP) para regularizar os militares da ativa que prestam serviço na CFIAe. Em função desta situação, a quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades tem sido insuficiente para o atendimento da crescente demanda de encargos da CFIAe.

Esta é uma preocupação constante, uma vez que 50% dos servidores estão situados na faixa etária de 51 a 60 anos, conforme consta no Quadro A.7.1.2.1, com tempo de serviço e idade, em condições de requerer a aposentadoria.

Não há diferença na avaliação entre o trabalho dos servidores em cargos comissionados e não comissionados. A Autarquia busca a prevalência de um ambiente de convivência no qual serão respeitadas as diferenças individuais de cada elemento do grupo. O espírito de equipe e a cortesia norteiam todas as ações dos integrantes da CFIAe.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A capacitação e atualização profissional dos servidores é uma preocupação permanente na Administração atual da CFIAe. Para tanto, foi elaborado um Plano de Capacitação de Recursos Humanos, atualizado anualmente, cujo objetivo principal é promover formas, ações e estratégias de aprendizagem que possibilitem ao corpo funcional desta Autarquia a aquisição e o aprimoramento de competências que agreguem valor competitivo à instituição e valor social ao indivíduo, atendendo aos padrões de qualidade e de produtividade requeridos pela natureza do trabalho e pela missão institucional da CFIAe.

Para o presente exercício, o esforço foi concentrado na capacitação dos recursos humanos voltado para atividades específicas do setor de vendas da Diretoria Executiva e do setor de produção da Diretoria Técnica, com foco no aperfeiçoamento dos padrões de desempenho no trabalho, buscando resultados que agreguem valor para a Instituição. Durante o exercício, 49 servidores passaram por algum tipo de treinamento interno ou realizaram cursos, equivalendo a 69% do efetivo da autarquia, conforme o Quadro A.7.1.6.2.

Quadro A.7.1.2 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho - 2014

<u>DESCRIÇÃO DOS CURSOS</u>	<u>Nº DE SERVIDORES QUE REALIZARAM CURSOS</u>
Treinamento para Seções de Pessoal Civil	01
SIAPÉcad	02
Novo SCDP-Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	02
Excel Avançado	18
Power Point	14
SIAFI Básico	02
Processo para Seleção do grupo do Produto Imóvel na Planta	05
Execução Orçamentária e Financeira, Considerando o MPCASP	02
MBA em Economia e Gestão da Sustentabilidade	01
1º Seminário Ambiental do COMAER	01
Perícia ambiental e suas áreas de atuação	01
Seminário Internacional de Ética: Ética, Direito e Poder	01
JQUERY Informática	01
Técnico em Transações Imobiliárias	14

I Seminário da Casa Própria nas Forças Armadas	16
Avaliação de Imóveis	02
Inferência Estatística Aplicada à Engenharia de Avaliações de Imóveis	02
TOTAL	85

Obs: Alguns servidores realizaram mais que um curso durante o exercício.

7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da CFIAe Segundo a Idade

Quadro A.7.1.2.1 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	03	12	04	14	01
1.1 Militares (1.1.1)	03	12	01	01	00
1.1.1 Militares requisitados de outros órgãos ou esferas - Ativa	03	12	01	01	00
1.2 Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	00	00	03	13	00
1.2.1 Servidores de carreira vinculados ao órgão	00	00	00	00	01
1.2.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	00	00	03	11	00
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1)	04	01	00	16	08
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2)	04	-	-	16	08
2.1.1 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	04	01	00	00	00
2.1.2 Tarefa por Tempo Certo	00	00	00	16	8
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	00	00	03	05	03
3.1 Servidores civis sem vínculo	00	00	03	00	00
3.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	00	00	00	02	00
3.3 Militares da Reserva	00	00	00	03	03
4. Total de Servidores (1+2+3)	07	13	07	35	12

Fonte: Seção de Recursos Humanos

7.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da CFIAe segundo a escolaridade

Quadro A.7.1.2.2 – Quantidade de Servidores da CFIAe por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Servidores em cargos efetivos (1.1+1.2)	-	-	-	-	5	27	-	-	-
1.1 Militares (1.1.1)	-	-	-	-	2	15	-	-	-
1.1.1 Milit. requisitados de outros órgãos ou esferas - Ativa	-	-	-	-	2	15	-	-	-
1.2 Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2)	-	-	-	-	3	12	-	-	-
1.2.1 Servidores de carreira vinculados ao órgão	-	-	-	-	1	-	-	-	-
1.2.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	-	-	-	-	2	12	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1)	-	-	-	-	12	17	-	-	-
2.1 Militares temporários (2.1.1 + 2.1.2)	-	-	-	-	12	17	-	-	-
2.1.1 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	-	-	-	-	-	5	-	-	-
2.1.2 Tarefa por Tempo Certo	-	-	-	-	12	12	-	-	-
3. Servidores em cargo DAS (3.1+3.2+3.3)	-	-	-	-	-	9	-	2	-
3.1 Servidores civis sem vínculo	-	-	-	-	-	3	-	-	-
3.2 Servidores requisitados de outros órgãos ou esferas	-	-	-	-	-	2	-	-	-
3.3 Militares da Reserva Remunerada	-	-	-	-	-	4	-	2	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	-	-	-	17	53	-	2	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Recursos Humanos

7.1.2.3 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da CFIAe Segundo o Regimento de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.7.1.2.3 - Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	01	
1.1 Militar – Cumprimento de Sentença Judicial	01	
2. Total	01	

Fonte: Seção de Recursos Humanos - Por decisão judicial da 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro (Processo nº 2004.51.01.010307-0)

7.1.3 Custo de Pessoal da CFIAe

Quadro A.7.1.3 – Custos do Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Militar da Ativa											
Exercícios	2014	-	-	-	-	9.143,50	-	-	-	-	9.143,50
	2013	-	-	-	-	4.553,83	-	-	-	-	4.553,83
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2014	26.308,08	-	25.774,34	1.335,44	11.192,38	11.458,06	-	-	-	76.068,30
	2013	26.308,08	-	21.744,34	1.232,11	11.871,96	10.571,42	55,32	-	-	71.783,23
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2014	-	-	-	-	5.621,25	-	-	-	-	5.621,25
	2013	-	-	-	-	4.144,72	-	-	-	-	4.144,72
Servidores Aposentados											
Exercícios	2014	16.534,32	45.600,00	13.259,31	-	-	-	-	-	-	75.393,63
	2013	16.534,32	45.600,00	11.977,04	-	-	-	-	-	-	74.111,36
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2014	-	706.537,62	65.851,49	21.026,48	55.388,93	159.421,72	5.962,43	-	-	1.014.188,67
	2013	-	639.034,58	55.364,97	23.294,50	57.649,54	148.827,45	26.625,26	-	-	950.796,30
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2014	-	20.668,94	39.150,79	1.664,79	431,30	-	6.324,81	-	-	68.240,63
	2013	-	21.163,32	41.038,53	1.824,10	-	-	7.266,31	-	-	71.292,26

Fonte: SRH – Relatório do SIAPE

7.1.6 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

7.1.6.1 Absenteísmo

Quadro A.7.1.6.1 – Indicadores de Recursos Humanos – Absenteísmo

Absenteísmo	
Objetivo da Mensuração	Controlar o índice de absentismo da força de trabalho da Autarquia.
Identificação das Variáveis	Faltas ao trabalho e dias de trabalho computados.
Origem dos dados empregados na fórmula	Folha de frequência dos servidores.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{N}^\circ \text{ de faltas ao trabalho}}{\text{Dias trabalho computados}} = \frac{188}{17040} = 0,0110 \times 100 = 1,10\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice de absentismo abaixo de 5%.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 1,10% de absentismo a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice de absentismo com percentual abaixo do estabelecido foi resultado de reuniões de motivação com os servidores, contribuindo para manter a capacidade força de trabalho em níveis elevados.

7.1.6.2 Qualificação de Recursos Humanos

Quadro A.7.1.6.2 – Indicadores de Recursos Humanos – Qualificação

Indicador de Qualificação de Recursos Humanos	
Objetivo da Mensuração	Controlar os resultados do Plano de Capacitação de Recursos Humanos
Identificação das Variáveis	Servidores aperfeiçoados e Efetivo.
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{N}^\circ \text{ de serv aperfeiçoados no exercício}}{\text{Efetivo}} = \frac{49}{71} = 0,69 \times 100 = 69\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos.
Meta para o ano	Proporcionar aperfeiçoamento para 25% do efetivo anualmente.
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com 69% do efetivo participando de cursos e treinamentos no exercício a meta foi plenamente cumprida, ficando acima do percentual previsto.

Análise crítica: O esforço na qualificação dos recursos humanos, notadamente na área de comercialização, no exercício de 2014, contribuiu para aperfeiçoar o atendimento e assessoramento aos beneficiários.

7.1.6.3 Acidentes de Trabalho

Quadro A.7.1.6.3 – Indicadores de Recursos Humanos – Acidente de Trabalho

Indicador de Acidente de Trabalho	
Objetivo da Mensuração	Controlar a integridade física dos servidores da Autarquia
Identificação das Variáveis	Nº de Servidores e ocorrências de acidente registradas
Origem dos dados empregados na fórmula	Seção de Recursos Humanos.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$IP = \frac{\text{Nº ocor. de acid registrados}}{\text{Nº de servidores}} = \frac{0}{71} = 0 \times 100 = 0\%$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual – Seção de Recursos Humanos
Meta para o ano	Manter o índice zero de acidentes de trabalho na Autarquia
Data e Valor da Última Medição	31 de dezembro de 2014.
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Com o índice de 0% de acidentes de trabalho, a meta foi cumprida.

Análise crítica: A manutenção do índice zero de acidentes no trabalho contribuiu para manter ativo o potencial de trabalho da Autarquia.

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1–Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica														
UG/Gestão: 123001/12201							CNPJ: 30.496.004/0001-73							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	003/CFIAe/2010	05703030/0001-88	01/04/10	01/04/15	3	3						P
2012	V	O	004/CFIAe/2012	39537063/0001-17	10/09/12	10/03/14	4	4						P
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

7.2.3 Análise crítica

A CFIAe não possui no seu efetivo servidores para atender as tarefas de limpeza, conservação e vigilância, sendo necessária a terceirização através de Contratos. Entretanto está despesa já consta do Planejamento Orçamentário anual da Autarquia.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	12	12	10	84.758,32
1.1 Área Fim	03	02	02	02	15.027,33
1.2 Área Meio	08	10	10	08	69.730,99
2. Nível Médio	00	00	01	01	1.410,47
2.1 Área Fim	00	00	01	01	1.410,47
2.2 Área Meio	00	00	00	00	-
3. Total (1+2)	11	12	13	11	86.168,39

Análise Crítica: A necessidade de estagiários para a CFIAe deve-se ao fato de que esta Autarquia não possui Tabela de Lotação de Pessoal, conforme demonstrado no item 7.1.1.

Fonte: Seção de Recursos Humanos

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que não se aplicam à natureza jurídica da CFIAe:

Item 8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que se aplicam à Autarquia, mas sem conteúdo por não ter ocorrido no período:

Item 8.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros; e

Item 8.3 – Bens Imóveis locados de Terceiros.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.2 Imóveis sob a responsabilidade da CFIAe, exceto Imóvel Funcional

Os imóveis sob responsabilidade da CFIAe são direcionados para a construção de empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal para os beneficiários do Comando da Aeronáutica.

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sobre Responsabilidade da CFIAe

A sede da CFIAe está situada em um prédio do Comando da Aeronáutica, cujo responsável pelo Patrimônio Imobiliário é o Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro/GAP-RJ.

8.2.4 Análise Crítica: Deixa de ser feita em virtude do que está estabelecido nos itens 8.2.2 e 8.2.3.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Anexo ao Planejamento Estratégico da CFIAe, existe o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cuja finalidade é estabelecer o planejamento para o desenvolvimento da tecnologia da informação da Autarquia para o período de 2014 a 2016. Anualmente, o PDTI é revisado e adequado a novas tecnologias, e se necessário, são adquiridos novos equipamentos.

A rede interna de computadores da CFIAe é formada por dois servidores, primário e secundário, um servidor de arquivos, um servidor LINUX de backup, localizado nas instalações da CFIAe, e um servidor LINUX de backup, localizado nas instalações do CCA-RJ. Diariamente todos os arquivos são enviados do servidor de arquivos para o servidor primário e para os dois servidores LINUX, e, também para o HD EXTERNO, que se encontra na sala dos servidores da CFIAe, trancada e refrigerada 24 horas.

Os sistemas computacionais utilizados diretamente relacionados aos Macroprocessos Finalísticos e Objetivos Estratégicos, desta Autarquia, e que constam do PDTI são:

- Sistema de Informações Gerenciais (SIG):

Desenvolvido para auxiliar as atividades administrativas e gerenciais da CFIAe, as quais não são contempladas pelo Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI).

- Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI):

Desenvolvido para o controle de crédito imobiliário, cuja finalidade é dar subsídios ao agente financeiro para que este possa administrar seus créditos em carteira, dando-lhe total apoio, desde a concessão até a finalização do crédito, inclusive, quanto à habilitação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

- Site CFIAe – www.cfiae.aer.mil.br / www.cfiae.intraer

Apresenta informações dos empreendimentos disponíveis, para o efetivo do COMAER, permitindo o cadastro dos pretendentes, as facilidades para a escolha do melhor financiamento imobiliário e o histórico da Autarquia.

Os contratos de serviços e equipamentos relativos à área de tecnologia de informação, no exercício, são listados no Quadro a seguir.

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
009/CFIAe/09 4º Termo Aditivo	Licenciamento de Software (SCCI)	17/08/13 a 17/08/14	36.153.963.00 01-72	PROGNUM	R\$ 88.400,00 (2013NE00082)	R\$ 52.620,00
005/CFIAe/14	Licenciamento de Software (SCCI)	18/08/14 a 18/08/15	36.153.963.00 01-72	PROGNUM	R\$ 124.551,00 (2014NE800118)	R\$ 51.896,25
004/CFIAe/14	Configuração, atualização e instalação de servidores de WEB e a documentação dos diretórios de todos os servidores da rede de dados as CFIAe	22/07/14 a 22/08/15	01.033.831/00 01-22	M&A Suporte Técnico Ltda.	R\$ 33.390,00 (2014NE800108)	R\$ 23.373,00

9.1.1 Análise crítica:

Analisando a importância dos sistemas de informação, nos processos de tomada de decisão da Autarquia, podemos ressaltar que o Sistema de Informações Gerenciais é uma ferramenta indispensável, pois, apresenta o perfil dos beneficiários da CFIAe, com as suas necessidades e expectativas na aquisição da casa própria, proporcionando a Administração a correta decisão no tipo e local de empreendimento a ser lançado. O Sistema de Controle de Crédito Imobiliário é o responsável pelo controle dos contratos de financiamentos imobiliários entre a CFIAe e seus beneficiários, bem como o controle contábil das receitas e das despesas. Os dois sistemas têm atendido as necessidades da Autarquia.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<p>Considerações Gerais : A CFIAe não possui o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), entretanto em todo processo licitatório existe a preocupação de observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012. Os critérios e práticas de sustentabilidade são praticados e veiculados como consta do objeto da contratação dos serviços ou no fornecimento dos bens, com a premissa de preservar o caráter competitivo do certame, tais como os exemplos constantes do item 10.1.2.</p>			

10.1.2 Práticas de Sustentabilidade Ambiental da CFIAe

Embora a Autarquia não possua um plano para o desenvolvimento de ações de promoções a sustentabilidade, previsto no Decreto nº 7.746/2012, quais sejam, entre outras:

- Aquisição de resmas de papel ofício e envelopes recicláveis;
- Lâmpadas à vapor metálico (Halogenetos);
- Prestadores de serviços de assistência técnica em aparelhos de refrigeração;
- Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de lâmpadas fluorescentes;
- Aquisição de serviços que envolvam o aluguel de veículos automotores (Só sendo admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998);
- Obras ou serviços de engenharia, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.
- Serviços de limpeza e conservação.

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que se aplicam à Autarquia, mas sem conteúdo por não ter ocorrido no período

Item 11.1 – Tratamento de Deliberações exaradas em acórdão do TCU;

Item 11.2 – Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno;

Item 11.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3.1 – Demonst. do Cumprimento, por Autorid. e Serv. da CFIAe, da obrigação de entregar a DBR

Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Detentores de Cargos e Funções	Obrigados a entregar a DBR	-	02	44
	Entregaram a DBR	-	02	44
	Não cumpriram a obrigação	-	00	00

Fonte: Seção de Recursos Humanos

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos os servidores, conforme previsto na Lei nº 8.730/93, entregaram as respectivas Declarações de Bens e Direitos, no exercício.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Roberto Moraes Reixach, CPF nº XXX..XXX.XXX-XX, Gestor de Licitações, exercido na Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

ROBERTO MORAES REIXACH

CPF XXX..XXX.XXX-XX

Gestor de Licitações/CFIAe

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que não se aplicam à natureza jurídica da CFIAe:

Item 12.7 – Composição Acionária das Empresas Estatais.

Itens da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que se aplicam à Autarquia, mas sem conteúdo por não ter ocorrido no período:

Item 12.4.1 – Declaração Plena.

12.1 Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas NBC Aplicadas ao Setor Público

a) Os procedimentos, quanto à escrituração e o controle de bens móveis permanentes, têm sido rigorosamente cumpridos com relação à depreciação, amortização e exaustão de acordo com a legislação pertinente, as orientações emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

b) A metodologia adotada é através do método dos saldos decrescentes;

c) A fórmula adotada é a que consta no item 7.4.13 do Módulo 7 – Execução Patrimonial do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica;

d) As taxas utilizadas são as constantes do mesmo item do referido módulo;

e) São elaborados inventários mensais com dados extraídos do SIAFI, após o lançamento das respectivas NL, referente às contas sob administração desta Autarquia; e

f) Como impacto da utilização dos critérios adotados por aquelas NBC, pode-se inferir que o patrimônio contabilizado reflete exatamente o valor contábil do bem avaliado.

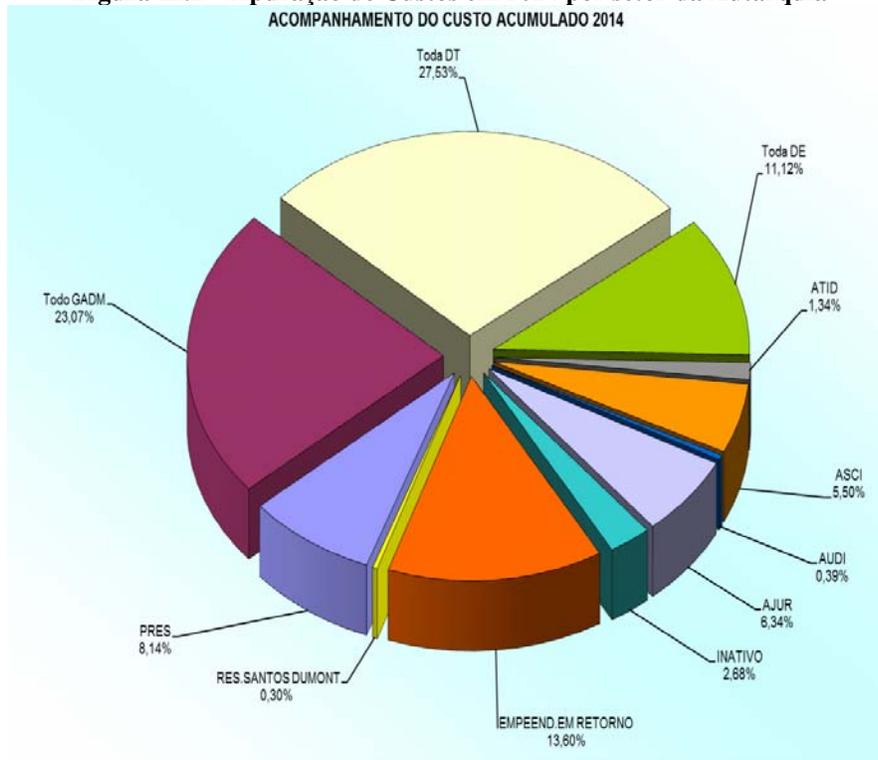
12.2 Apuração dos Custos dos Programas da CFIAe

A CFIAe apresenta o controle dos custos com informações geradas no SIAFI, detalhando por Setor os gastos a cada período (mês a mês) e que são apresentadas nas prestações de contas mensais da unidade. No exercício de 2014 a apuração dos custos apresentou os dados demonstrados graficamente conforme abaixo:

Quadro 12.2 – Apuração de Custos em 2014 - Geral

DESPESAS	TOTAL GERAL (R\$)
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS	1.222.116,40
PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS	82.211,46
DIÁRIAS	27.065,55
PASSAGENS	48.510,07
MATERIAL DE CONSUMO	102.913,68
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA	87.014,38
SERVIÇOS DE TELEFONIA	54.275,22
SEGUROS E FCVS	175.578,32
OUTROS SERVIÇOS	896.441,18
EMPRÉSTIMOS	693.600,00
MATERIAL PERMANENTE	122.193,47
S O M A	3.511.919,75

Figura 12.2 – Apuração de Custos em 2014 por setor da Autarquia



12.3 Conformidade Contábil

A conformidade contábil no âmbito da CFIAe é realizada pelo Contador com a análise da legalidade, legitimidade, conforme legislação aplicável.

Houve ocorrência com ressalva no mês de Dez/14 relativa à diferença de R\$ 90.477,04 entre o resultado do Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, constantes do Balanço Patrimonial e o somatório dos saldos das contas contábeis indicadas no item 8.2.6 da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), corresponde ao valor de R\$ 45.238,52, referente às contas correntes compostas pela Fonte de Recursos 0100000000 – Recursos Ordinários, registrado nas contas contábeis 1.9.3.2.9.02.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos e 1.9.3.2.9.07.03 – Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido. Na diferença identificada, o resultado da operação aritmética entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro corresponde ao Superávit Financeiro do Exercício apresentado na Demonstração das Disponibilidades por Fonte de Recursos, conforme instrução disposta na letra “d” do item 3.3.1.4 da Macrofunção 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis); e diferença de R\$ 1.554.370,00 entre o valor da Previsão Atualizada (R\$ 5.452.603,00) e da Dotação Atualizada (R\$ 7.006.973,00), constantes do Balanço Orçamentário, referente à conta corrente 0100000000 das contas contábeis 1.9.2.1.1.01.01 – Originário da OGU (Crédito Inicial) e 1.9.2.1.1.03.01 – Originário da OGU (Crédito Inicial – Suplementar).

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.2 Declaração com Ressalvas

Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA			123001
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe, exceto, no tocante às ressalvas abaixo:</p> <p>a) diferença de R\$ 90.477,04 entre o resultado do Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, constantes do Balanço Patrimonial e o somatório dos saldos das contas contábeis indicadas no item 8.2.6 da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), corresponde ao valor de R\$ 45.238,52, referentes às contas correntes compostas pela Fonte de Recursos 0100000000 – Recursos Ordinários, registrado nas contas contábeis 1.9.3.2.9.02.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos e 1.9.3.2.9.07.03 – Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido. Na diferença identificada, o resultado da operação aritmética entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro corresponde ao Superávit Financeiro do Exercício apresentado na Demonstração das Disponibilidades por Fonte de Recursos, conforme instrução disposta na letra “d” do item 3.3.1.4 da Macrofunção 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis); e</p> <p>b) diferença de R\$ 1.554.370,00 entre o valor da Previsão Atualizada (R\$ 5.452.603,00) e da Dotação Atualizada (R\$ 7.006.973,00), constantes do Balanço Orçamentário, referente à conta corrente 0100000000 das contas contábeis 1.9.2.1.1.01.01 – Originário da OGU (Crédito Inicial) e 1.9.2.1.1.03.01 – Originário da OGU (Crédito Inicial – Suplementar).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	RIO DE JANEIRO	Data	30 ABR 2015
Contador Responsável	ROBERTO HILÁRIO PEREIRA	CRC nº	085420/0-9 RJ

12.5 Dem. Cont. e Not. Explic. Prev. na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprov. pela Resol. CFC nº 1.133/2008

As informações sobre as demonstrações contábeis estão registradas no SIAFI.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 6.404/1976

As informações sobre as demonstrações contábeis estão registradas no SIAFI.

12.8 Relatório de Auditoria Independente

- Síntese do Relatório

O Relatório encontra-se arquivado na Assessoria de Controle Interno desta Autarquia. A síntese do Relatório elaborado pela a Empresa contratada (Critério Auditores e Consultores) foi a seguinte:

“A responsabilidade pela administração da carteira bem como de seus controles internos cabe à administração da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe.

Nossa responsabilidade, quanto à extensão necessária é a de expressar uma opinião sobre o que concerne a eficácia dos controles operacionais e contábeis mantidos pelo agente financeiro, para apuração das bases de incidência diárias e das contribuições mensais e das bases de incidência das contribuições trimestrais ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

O exame das informações operacionais apresentadas no relatório foi realizado em conexão com os exames dos registros contidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014, as quais foram elaboradas de acordo com as normas contábeis aceitas no Brasil e técnicas de auditoria aplicáveis.

Não houve limitação de escopo e nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas técnicas de auditoria e compreenderam: a verificação dos controles internos, de responsabilidade da administração e a aplicação dos procedimentos de pesquisas, entrevistas, observação direta, análises e conferências das informações operacionais e contábeis na extensão necessária à opinião requerida nas normas.

- Conclusão

Com base em nossos exames, constatamos que as bases de incidência informadas e os recolhimentos, quando devidos, das contribuições mensais e trimestrais ao Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica referentes ao exercício findo em 31/12/2014, encontram-se adequados aos pressupostos contidos nos Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MNPO/FCVS vigente, Roteiro de Análise de Índices, MP 1.520/96 e sucedâneas, Lei 10.150/00 e Resoluções pertinentes.

a) Critérios Auditores e Consultores

CNPJ 02.434.062/0001-37 CRC/RJ 003046/O-2

CVM nº 11.150 Reg. IBRACON

Marcelo dos Santos de Oliveira

Contador CRC/RJ 068459/O-0 IBRACON nº 3644”

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Nada a considerar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Autarquia, apesar de conviver com algumas dificuldades conjunturais e operacionais, tem alcançado os seus objetivos, estando sua Administração ciente da necessidade de investir profissionalmente em seu pessoal, buscando a qualidade dos serviços prestados, aumentando a eficácia e a eficiência nas atribuições de cada componente do seu efetivo.

A adoção de medidas objetivando manter o seu equilíbrio financeiro estão sendo perseguidas de forma permanente, a fim de proporcionar condições a esta Autarquia de atingir as metas definidas no seu diploma legal e oferecer, a seus beneficiários, alternativas viáveis para adquirir a casa própria. A Tabela II (Situação Econômico-Financeira) e a Figura 5.1.3.4 (Evolução Patrimonial X Dívida da CFIAe) deste Relatório, retratam a atual situação econômico-financeira da Autarquia, cujo Patrimônio Líquido no valor de R\$ 87.330.656,01, no exercício, equivale a 312 vezes o valor da dívida de R\$ 279.871,80, no mesmo período.

A Autarquia tem como metas para o ano de 2015, as seguintes:

a) Estruturar e dimensionar as atividades a serem executadas, de acordo com a legislação e orientações emitidas pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) e Tribunal de Contas da União (TCU);

b) Acompanhar a execução do orçamento, visando comprovar a sua conformidade em relação aos limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

c) Acompanhar o desempenho da gestão, consubstanciado em indicadores de desempenho, examinando os resultados quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia, à efetividade e à equidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais; e

d) Assessorar os setores da administração no desempenho e no cumprimento dos prazos de suas atribuições e responsabilidades visando:

- A adequação e eficácia dos controles internos;

- A integridade e confiabilidade das informações e registros administrativos e contábeis.

A CFIAe passa por um momento único com desenvolvimentos de vários projetos de empreendimentos habitacionais, buscando atender aos seus beneficiários.

A administração de valores reveste-se de toda uma sistemática prevista em legislação própria que deve ser conhecida pelos Agentes da Administração. Os mecanismos de controle exercidos pelos órgãos de controle estão, a cada dia, mais apurados, rigorosos e eficazes, requerendo, de toda a equipe, atenção, conhecimento, zelo, responsabilidade e dedicação.

Sendo assim, a CFIAe está sempre em busca do aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos adotados, da verificação dos aspectos de ordem técnica e legal, visando a proteção do patrimônio da Autarquia, da confiabilidade e tempestividade dos registros contábeis e da eficácia e eficiência operacional.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

**DECLARAÇÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS,
CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIA**
(Item 11.5 do Relatório de Gestão)

Eu, Roberto Moraes Reixach, CPF XXX.XXX.XXX-XX, Gestor de Licitações, exercido na Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Autarquia estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

ROBERTO MORAES REIXACH
CPF XXX.XXX.XXX-XX
Gestor de Licitações



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO COM RESSALVA
(Item 12.4.2 do Relatório de Gestão)

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIAe, exceto, no tocante às ressalvas abaixo:

a) diferença de R\$ 90.477,04 entre o resultado do Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, constantes do Balanço Patrimonial e o somatório dos saldos das contas contábeis indicadas no item 8.2.6 da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), corresponde ao valor de R\$ 45.238,52, referentes às contas correntes compostas pela Fonte de Recursos 0100000000 – Recursos Ordinários, registrado nas contas contábeis 1.9.3.2.9.02.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos e 1.9.3.2.9.07.03 – Disponibilidade de Repasse Diferido Recebido. Na diferença identificada, o resultado da operação aritmética entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro corresponde ao Superávit Financeiro do Exercício apresentado na Demonstração das Disponibilidades por Fonte de Recursos, conforme instrução disposta na letra “d” do item 3.3.1.4 da Macrofunção 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis); e

b) diferença de R\$ 1.554.370,00 entre o valor da Previsão Atualizada (R\$ 5.452.603,00) e da Dotação Atualizada (R\$ 7.006.973,00), constantes do Balanço Orçamentário, referente à conta corrente 0100000000 das contas contábeis 1.9.2.1.1.01.01 – Originário da OGU (Crédito Inicial) e 1.9.2.1.1.03.01 – Originário da OGU (Crédito Inicial – Suplementar).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

ROBERTO HILÁRIO PEREIRA
Chefe da Contabilidade
CRC RJ nº 085420/0-9



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, nos termos do Art. 18 do Regimento Interno, aprovado pelo que lhe faculta o Art. 3º da Portaria nº 1175/MINIAER, de 15 de dezembro de 1987, após analisar os resultados obtidos na Gestão Econômico-Financeira da CFIAe, relativos ao exercício de 2014, concluiu por emitir parecer favorável.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES
Presidente da CFIAe

ELCIO PICCHI
Diretor Executivo

MANOEL ANDRADE REBELO
Diretor Técnico

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO
Auditor Interno

MAURO DIAS DA SILVA
Assessor de Controle Interno

continua...

...continuação do Parecer do Conselho de Administração.

TELMO ROBERTO MACHRY
Chefe do Gabinete Administrativo

JOÃO LUIZ MONTEZUMA BORGES
Assessor Jurídico

CÉLIA MARIA DE LIMA – Ten Cel QFO
Assessora da Tecnologia de Informação e Divulgação

EDSON AZEVEDO
Chefe da Divisão de Comercialização

ILDA DA SILVA LEMOS RODRIGUES
Chefe da Divisão de Finanças

GUILHERME ETCHEBEHERE
Chefe da Divisão de Engenharia e Arquitetura

DANIEL ANDRADE SILVA
Chefe da Divisão de Promoções Habitacionais



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

**PARECER DO DIRIGENTE DA ENTIDADE SUPERVISORA DE CONTRATO DE
GESTÃO**

Não se aplica a esta Autarquia.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO
Auditor Interno



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

PARECER DO ÓRGÃO DE AUDITORIA INTERNA

Foram examinados os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Variações Patrimoniais da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe, levantados em 31 de dezembro de 2014, observando-se o que se segue:

1- Controle Interno Administrativo da Unidade

Foi observado o conjunto de políticas operacionais e procedimentos, visando salvaguardar o ativo da CFIAe e assegurar que as informações contábeis sejam fidedignas, estimulando a eficiência, a eficácia e a economicidade das operações, observando-se os preceitos da Lei n 8.666/93 e as Normas de Serviço 016A/AUDI/2008 e NS 041/ASCI/2014, que regulam respectivamente o funcionamento e atividades da Assessoria de Auditoria Interna e Assessoria de Controle Interno, desta Autarquia.

2- Regularidade dos Processos Licitatórios

Seguindo os preceitos da Lei nº 8.666/93 e da Norma de Serviço 013B/GADM/2010, que regula as atribuições da Seção de Licitações, desta Autarquia, foram analisados os processos licitatórios, as compatibilidades das diversas modalidades de licitação para aquisições de material, execução de obras e prestação de serviços.

3- Gerenciamento da Execução dos Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes

Foi feito o acompanhamento da execução dos Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes no exercício, através dos respectivos fiscais designados. Verificado junto aos responsáveis, os atos administrativos de execução dos documentos, relacionados à formalização, legalidade, legitimidade e economicidade.

4- O cumprimento das Recomendações de Auditoria Interna no âmbito da CFIAe

Realizou-se 01 (uma) Auditoria Interna no exercício, no período de 12/08/2014 a 20/08/2014, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Presidente do CFIAe, conforme

Programa Anual de Auditoria Interna, através do Memorando Circular nº 02/AUDI, de 24/07/2014 e em consonância com as disposições da ICA 174-1/2007, da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA). A equipe de Auditoria Interna auditou todos os setores da Autarquia, que posteriormente foram comunicados sobre as respectivas não-conformidades e dado prazos para regularização até 23/10/2014, visando a elaboração do relatório final. Este foi aprovado em 30/12/2014, com todas as recomendações do Auditor Interno e as ações corretivas atendidas, estando as ações em constante verificação.

5- Cumprimento das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União

Não existem determinações, recomendações ou orientações referentes às contas do exercício de 2014.

6- Cumprimento das Decisões do Conselho de Administração da CFIAe

Foram cumpridas respeitando-se o previsto em Regimento Interno.

7- Conclusão

Os exames efetuados por essa Auditoria Interna foram de acordo com os padrões de Auditoria aceitos e aplicados ao Serviço Público Federal, conforme o previsto na legislação em vigor, incluindo-se as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria julgados necessários, nas circunstâncias.

A documentação comprobatória está revestida das formalidades legais. Os registros contábeis observaram as normas vigentes e as práticas contábeis, emanadas da legislação.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima mencionadas representam, adequadamente, a posição econômica, financeira e patrimonial da CFIAe em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO

Auditor Interno



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO

PESSOAL CIVIL

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

PESSOAL MILITAR

A correição do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 09 de outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correição do pessoal militar encontra-se fundamentada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente, a correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; nas Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO
Auditor Interno



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA**

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

RELATÓRIO CONCLUSIVO DA INSTÂNCIA RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Não se aplica a esta Autarquia.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO
Auditor Interno



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

RESUMO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DA CFIAe

a) Descrição da Auditoria realizada

A Auditoria Interna foi realizada com a finalidade de dar conhecimento formal aos respectivos Gestores e ao Agente Diretor e Ordenador de Despesas sobre as recomendações feitas pela Auditoria Interna da CFIAe de 2013, as recomendações dos OCI, no caso, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) e as verificações das ações recomendadas pela Auditoria realizada por aquele Centro no exercício de 2013, propiciando à Autarquia instrumentos para o alcance da eficácia e da eficiência da gestão e subsídios para a tomada de ações de melhorias de seus problemas sistêmicos.

Assim sendo, a Auditoria Interna realizada, além de levantar as não-conformidades, visou principalmente o seguinte:

- Orientar aos gestores de bens e recursos de forma adstrita à sua área de competência, visando diminuir as não-conformidades;
- Orientar os Agentes da Administração durante a execução das metas, visando comprovar se o nível de execução está de acordo para o alcance dos objetivos da Autarquia;
- Acompanhar a execução do orçamento, visando comprovar a sua conformidade em relação aos limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- Acompanhar o desempenho da gestão, consubstanciados em indicadores de desempenho, a serem demonstrados no Relatório de Gestão da Autarquia, examinando os resultados quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia, à efetividade e à equidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais; e
- Orientar os Agentes da Administração quanto aos princípios e às normas pertinentes aos controles internos administrativos.

b) Verificação se a auditoria planejada foi realmente realizada

Foi realizado o exame de auditoria interna nos órgãos desta Autarquia, Secretaria da Presidência, Diretoria Executiva, Diretoria Técnica, Gabinete Administrativo, Assessoria de Controle Interno, Assessoria de Tecnologia de Informação e Divulgação, Assessoria Jurídica e no próprio setor de Auditoria Interna, no período de 12 a 20 de agosto de 2014, cuja verificação das recomendações foi realizada entre 23 de outubro a 20/12 de 2014.

c) Resultados e providências adotadas a partir das constatações feitas pela Auditoria

Foram efetuados, por amostragem, exames dos procedimentos e dos controles internos referentes aos atos e fatos administrativos praticados, observando-se, principalmente, as normas aplicáveis ao Serviço Público Federal, as Resoluções do TCU e Orientações do CENCIAR, o cumprimento da legislação e das normas internas, a propriedade dos registros, a capacidade de prova dos documentos e a adequação das instalações e do material operativo.

Os diversos setores auditados cumpriram com as recomendações no prazo que foi estipulado, isto é, até 20/12/2014.

De um modo geral vale ressaltar:

- O excelente estado das dependências da Autarquia, demonstrando organização e zelo dos servidores pelo patrimônio público;
- a atenção e o apreço demonstrados pelos servidores auditados, num reconhecimento que juntos poderão corrigir e aperfeiçoar o sistema, além de uma profunda vontade em melhor desenvolver o trabalho individual e coletivo;
- a melhoria dos processos de prestação de contas mensais, utilizando-se de novas técnicas;
- a modernização dos setores, com implementação de novos equipamentos e a reforma das instalações; e
- a melhoria técnico-profissional através de cursos de capacitação direcionados ao efetivo.

d) Justificativa pelo não cumprimento de metas de fiscalização prevista.

As metas de fiscalização previstas foram todas cumpridas dentro do prazo estipulado.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

JOSÉ SILVA CIDADE DO NASCIMENTO
Auditor Interno



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014

ROL DE RESPONSÁVEIS

Unidade Gestora:	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA				
Gestão:	123001				
Natureza da Responsabilidade:	Dirigente Máximo da CFIAe – Agente Diretor e Ordenador de Despesas				
Agente:	Marco Aurélio Gonçalves Mendes			CPF:	449.425.758-34
Endereço (Residencial):	Rua Humberto de Campos, 480, apto 1002 – Bairro: Leblon				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	22430-190	UF:	RJ	Telefone:	(021) 2262-0051
E-mail:	presidente@cfiae.aer.mil.br			Fax:	(021) 2262-8071
Cargo ou Função:	Presidente da Autarquia				
Designação:	Data:	17/10/2003	Exoneração:	Data:	-
	Documento:	DOU nº 202		Documento:	-
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:		17/10/2013		
	Data de Término:		31/12/2014		
Natureza da Responsabilidade:	Diretor Executivo - Substituto do Dirigente Máximo da CFIAe – Agente Diretor e Ordenador de Despesas				
Agente:	Elcio Picchi			CPF:	715.608.408-97
Endereço (Residencial):	Rua Grão de Areia, 281, apto 302 – Bairro: Ilha do Governador				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	21941-080	UF:	RJ	Telefone:	(021) 2262-8864
E-mail:	picchiep@cfiae.aer.mil.br			Fax:	(021) 2262-8864
Cargo ou Função:	Diretor Executivo da Autarquia				
Designação:	Data:	21/06/2011	Exoneração:	Data:	
	Documento:	DOU nº 118		Documento:	

Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:	01/01/2013			
	Data de Término:	31/12/2015			
Natureza da Responsabilidade:		Diretor Técnico da Autarquia			
Agente:	Manoel Andrade Rebelo			CPF:	095.538.517-20
Endereço (Residencial):	Rua Professor Gastão Bahiana, 496, apto 106 – Bairro: Copacabana				
Município:	Rio de Janeiro				
CEP:	22071-030	UF:	RJ	Telefone:	(021) 2126-9762
E-mail:	rebelomar@cfiae.aer.mil.br			Fax:	(021) 2240-3270
Cargo ou Função:	Diretor Técnico da Autarquia				
Designação:	Data:	25/08/2005	Exoneração:	Data:	
	Documento:	DOU nº 164		Documento:	
Efetiva Gestão no Período:	Data de Início:	01/01/2013			
	Data de Término:	31/12/2015			

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES
Presidente da CFIAe